

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

**CELMA OLIVEIRA PRADO**

**MEMÓRIA E MULHER QUE ATUA NAS ESFERAS DO PODER POLÍTICO:  
*TENSÃO ENTRE LUGARES DE SUBJETIVAÇÃO NA MÍDIA***

Vitória da Conquista  
Janeiro de 2010

**CELMA OLIVEIRA PRADO**

**MEMÓRIA E MULHER QUE ATUA NAS ESFERAS DO PODER POLÍTICO:  
*TENSÃO ENTRE LUGARES DE SUBJETIVAÇÃO NA MÍDIA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Memória, Discurso e Narrativas.

Área de Concentração: Multiplicidade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Orientadora: Profa Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva

Vitória da Conquista

Janeiro de 2010

P896m	<p>Prado, Celma Oliveira</p> <p>Memória e mulher que atua nas esferas do poder político: tensão entre lugares de subjetivação na mídia. / Celma Oliveira Prado; orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva -- Vitória da Conquista, 2010.</p> <p>79f.</p> <p>Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.</p> <p>1. Memória discursiva. 2. Mulheres políticas. 3. Posição-sujeito. 4. Intimidade e vida privada. 5. Vida pública. I. Fonseca-Silva, Maria da Conceição. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título.</p>
-------	---

Título em inglês: Memory and the woman who acts with the fields of political power: the tension between the subjectivation sites in the media.

Palavras-chaves em inglês: Discursive memory. Political Women. Subject-position. Intimacy and private life. Public life.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca examinadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (orientadora); Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (membro titular); Profa. Dra. Cristina Teixeira de Melo (membro titular); Prof. Dr. Edson Silva de Farias (suplente), Profa. Dra. Rosa Helena Blanco Machado (suplente)

Data da defesa: 23 de fevereiro de 2010.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

**CELMA OLIVEIRA PRADO**

**MEMÓRIA E MULHER QUE ATUA NAS ESFERAS DO PODER POLÍTICO:  
*TENSÃO ENTRE LUGARES DE SUBJETIVAÇÃO NA MÍDIA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Memória, Discurso e Narrativas.

Área de Concentração: Multiplicidade da Memória

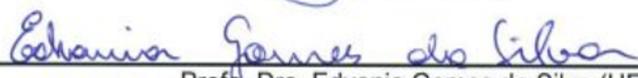
Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

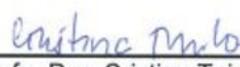
Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva

Data de Aprovação: 22 de fevereiro de 2010

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB)  
(Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Edvania Gomes da Silva (UESB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Cristina Teixeira de Melo (UFPE)

Dedico

Aos meus pais, *Deraldo e Adália*.  
Ao meu filho, *Inácio*.

*“Penso que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda e, no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se produziram há séculos ou há anos são muito importantes. Somos inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas...”*

(Michel Foucault)

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, por ter oportunizado a minha formação na graduação e na pós-graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, por ter oportunizado a minha formação em nível de mestrado.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (CAPES), pela concessão da bolsa, que tornou possível e possibilitou os meus estudos e a realização da pesquisa que resultou neste trabalho.

À Professora Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva, pelo apoio, estímulo, ensinamentos no curso de mestrado, orientação e participação neste trabalho, bem como a orientação na iniciação científica.

Aos Professores Dra. Cristina Teixeira de Melo e Dr. Edson Silva de Farias, pela participação na Banca Examinadora de Qualificação desta Dissertação.

Às professoras Dra. Edvania Gomes da Silva e Dra. Cristina Teixeira de Melo, por terem aceitado participar da Banca de Defesa desta Dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, por terem direta ou indiretamente colaborado para a minha formação acadêmica.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Naiana, Guilherme e Mirian, pela colaboração e presteza sempre que precisei.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, em especial, Daniela, Geórgia e Valdinéia, pelas conversas alegres e revigorantes.

Ao Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis), pela possibilidade da realização deste trabalho e pela experiência de trabalho em grupo de pesquisa.

Aos meus pais Deraldo e Adália, pelo amor e apoio incondicional. A minha mãe, ainda, pelo carinho e dedicação dispensados ao meu filho em minha ausência.

Ao meu filho, Inácio, pela alegria contagiante que me renovava nos momentos de desânimo.

Ao meu esposo, Marcone, pela presença nos momentos alegres e também nos momentos difíceis dessa caminhada.

A Zenaide e Zenilda, pelo carinho e cuidado com Inácio, nos momentos em que precisei deixá-lo com elas.

Aos amigos, Clara – pela compreensão, paciência e amizade – e Thiago, pela generosidade e amizade nesse pouco tempo de convivência.

## RESUMO

Neste trabalho, investigamos em que lugares de subjetivação a mulher, que atua nas esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário, aparece na discursivização da revista de informação *Veja*. O *corpus* da pesquisa constitui-se de reportagens que circularam no período compreendido entre janeiro de 1998 a dezembro de 2008. Para a análise, mobilizamos postulados de quadros teóricos da Análise de Discurso e das Ciências Sociais. Levantamos a hipótese de que, de um lado, a mulher que atua nas esferas de poder político tem destaque na discursivização da *Veja* quando aparece em posições de sujeito da esfera da intimidade e privada; e, de outro lado, a mulher que atua nas esferas de poder político tem destaque na discursivização da revista quando aparece em posições de sujeito da esfera pública. Os resultados das análises indicam que na discursivização da *Veja* coexistem diferentes enunciados que marcam uma tensão entre os lugares de subjetivação associados historicamente à mulher e os lugares de subjetivação associados aos sujeitos que atuam nas esferas de poder político.

## PALAVRAS-CHAVE

Memória discursiva. Mulheres políticas. Posição de sujeito.  
Intimidade e vida privada. Vida pública.

## ABSTRACT

In this work, we investigate in which subjectivation sites the woman, who acts in the fields of the executive, legislative and judiciary powers, appears in the discursivization of information magazine *Veja*. The *corpus* of the research is constituted by reports which went around in the period between January 1998 and December 2008. For the analysis, we mobilized postulates of theoretical frameworks from Discourse Analysis and Social Sciences. We raised the hypothesis that, on one side, the woman who acts within the fields of political power is highlighted in the discursivization of *Veja* when she appears in subject-positions in the private and intimacy domains; and, on the other hand, the woman who acts within the fields of political power is highlighted in the discursivization of the magazine when she appears in subject-positions of the public domain. The results of the analyses indicate that in the discursivization of *Veja* different enunciations coexist which mark a tension between the subjectivation sites historically associated to the woman and the subjectivation sites associated to the subjects who act within the fields of political power.

## KEY-WORDS

Discursive Memory. Political Women. Subject-position.  
Intimacy and private life. Public life.

## TABELAS

<b>Tabela 1. Reportagens sobre mulheres atuantes na esfera do poder executivo em Veja.....</b>	<b>18</b>
<b>Tabela 2. Reportagens sobre mulheres atuantes na esfera do poder legislativo em Veja.....</b>	<b>19</b>
<b>Tabela 3. Reportagens sobre mulheres atuantes na esfera do poder judiciário em Veja.....</b>	<b>19</b>
<b>Tabela 4. Mulheres atuantes nas esferas de poder político e quantidade de reportagens no período compreendido entre 1998 a 2008, de Veja.....</b>	<b>20</b>
<b>Tabela 5. Temas tratados nas reportagens .....</b>	<b>21</b>

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 O problema e a justificativa deste trabalho.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 Constituição do <i>corpus</i>: procedimentos metodológicos e resultados.....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 Organização da dissertação.....</b>	<b>23</b>
<b>2 MEMÓRIA DISCURSIVA, INTIMIDADE E VIDA PRIVADA DE MULHERES QUE ATUAM NAS ESFERAS DO PODER POLÍTICO .....</b>	<b>25</b>
<b>2.1 Considerações iniciais .....</b>	<b>25</b>
<b>2.2 Público e privado: recortes de memória .....</b>	<b>25</b>
<b>2.3 Memória discursiva, a intimidade e a vida privada de mulheres que atuam nas esferas do poder político .....</b>	<b>30</b>
<b>2.4 Considerações finais.....</b>	<b>45</b>
<b>3 MEMÓRIA DISCURSIVA E VIDA PÚBLICA DE MULHERES QUE ATUAM NAS ESFERAS DO PODER POLÍTICO.....</b>	<b>47</b>
<b>3.1 Considerações iniciais .....</b>	<b>47</b>
<b>3.2 Efeito metafórico: processos parafrásticos e polissêmicos .....</b>	<b>47</b>
<b>3.3 Considerações finais.....</b>	<b>71</b>
<b>4 CONCLUSÃO .....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>76</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 1.1 O problema e a justificativa deste trabalho

A participação das mulheres nas questões sociais e políticas tem sido preocupação de estudos desenvolvidos por historiadores, antropólogos, sociólogos, analistas do discurso e por outros pesquisadores, embora as pesquisas tenham sido poucas.

No século XIX, como afirma Fonseca-Silva (2007a), “o percentual de mulheres alfabetizadas era muito pequeno e, até a metade do século, o analfabetismo no Brasil era símbolo de nobreza e virtude para as mulheres” (p. 21). Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, como explica a autora, algumas mulheres brasileiras tentaram mudar a situação deixando o Brasil para estudar no exterior. No Brasil, o ensino superior só foi estendido às mulheres a partir de 1879. Nesse período, as mulheres que tiveram acesso à educação no exterior retornaram, lutaram pelos direitos da mulher e passaram a reivindicar, também, direitos políticos, dando início ao movimento sufragista, para o qual o voto estava vinculado à igualdade da mulher e aos seus direitos humanos gerais. O desejo feminista pelos direitos políticos foi fortalecido pela agitação republicana no fim da década de 1980. Após a Proclamação da República, em 1889, passa-se a defender o direito de voto para as mulheres, uma vez que, sem esse direito, a igualdade prometida pelo novo regime político não passava de uma utopia.

Na Constituinte de 1891, pela primeira vez foi expressa, mas negada, a exigência da participação feminina no processo eleitoral. Houve, desde então, um debate que durou mais de 40 anos, envolvendo vários representantes da ação política da época.

As duas primeiras décadas do século XX foram marcadas pela luta pelo direito ao voto. Nesse novo momento, uma pequena elite de intelectuais de classe média, que cursaram o ensino superior fora do Brasil, como Bertha Lutz, se somaram a jornalistas e artistas. Brasileiras aderiram a um movimento internacional pelo sufrágio feminino que se espalhava na Europa e nos Estados Unidos.

De acordo com Blay (2001), no ano de 1920 surgiram vários grupos intitulados "Ligas para o Progresso Feminino", que foram o embrião da "Federação Brasileira pelo Progresso Feminino". Este teve papel fundamental na conquista das mulheres do direito ao voto. A Federação foi fundada em 1922 por Bertha Maria Júlia Lutz, que liderou o

movimento decisivo para a conquista do sufrágio feminino. As sufragistas fizeram campanha junto aos deputados e senadores.

Conforme Avelar (2002, p. 45), as sufragistas eram “médicas, dentistas, advogadas, escritoras, escultoras, poetisas, pintoras, uma aviadora famosa (Arlete), engenheiras civis, cientistas, funcionárias públicas, parentes de políticos da alta elite”. Este status das sufragistas é que “facilitava as reivindicações do grupo como grupo de elite e independente de qualquer movimento social ou partido político” (p. 45). Enfim, a agitação social, o fim da primeira guerra mundial e a maior escolaridade das mulheres fez com que cada vez mais mulheres se organizassem para lutar por seus direitos, entre os quais o voto.

Conforme Daniel e Pereira (2009), em 1927, no Rio Grande do Norte, quando foi elaborada a lei eleitoral do estado daquele ano, o governador José Augusto Bezerra incluiu a emenda que permitia que todos os cidadãos que reunissem as condições exigidas, sem distinção de sexo, poderiam votar e ser votados. A Lei nº 660 foi aprovada no dia 25 de outubro de 1927. Várias mulheres requereram suas inscrições eleitorais e, no dia 25 de novembro de 1927, a professora Celina Guimarães obteve seu registro e se tornou a primeira eleitora do Brasil. Além disso, nas eleições que ocorreram no Rio Grande do Norte no dia 5 de abril de 1928, foi eleita a primeira mulher escolhida para ocupar um cargo eletivo: Alzira Soriano, eleita prefeita de Lajes. No entanto, a Comissão de Poderes do Senado não permitiu que ela concluísse o mandato, além de ter anulado todos os votos das mulheres que haviam se alistado no Estado.

Somente com a Revolução de 30, as feministas se uniram a Vargas na discussão para o anteprojeto da Constituição, em 1932, e conseguiram com que Berta Lutz fosse a única mulher, indicada pelo presidente, a discutir o parecer. “Houve uma manobra no anteprojeto e foi retirado o direito de voto às mulheres. O presidente, entretanto, antecipou a divulgação do anteprojeto e decretou o novo código por meio de lei, garantindo o voto feminino.” (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 22).

O direito ao voto feminino no Brasil, dessa forma, só foi obtido por meio do Código Eleitoral Provisório, instituído pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Ainda assim, a conquista não foi completa, conforme Blay (2001), para quem o código permitia apenas que mulheres casadas com autorização do marido, viúvas e solteiras com renda pudessem votar. Tais restrições só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934. No entanto, o código tornou apenas o voto masculino obrigatório. Além

disso, a autora explica que, com o golpe de 37, as mulheres só começaram a votar em 1945 com a redemocratização do país. O voto feminino só passou a ser obrigatório em 1946.

A História, como afirma Blay (2001), quando focalizava a mulher, até a década de 60, atinha-se às supostas atividades femininas fundamentais voltadas para a família e ignorava a participação feminina no mercado de trabalho, o sustento econômico de si e da família, o fato de estudarem e o exercício de inúmeras atividades além das do lar. A autora explica que as atividades femininas fora do lar sempre existiram e que, no século XX, as mudanças no trabalho feminino foram mais qualitativas do que quantitativas.

A autora salienta que, na década de sessenta, um forte movimento progressista feminino articulou-se contra a ditadura militar de 1964. No Brasil, além de lutar pela igualdade de direitos, essas mulheres lutavam pela redemocratização, a anistia aos presos e presas políticos, além de melhores condições de vida. Acrescenta, ainda, que a luta pela recuperação dos direitos civis e políticos marcou o movimento feminista desde 1964, nas décadas de 70 até início de 80.

Ao tratar da relação entre mulher e política no período entre os anos 60 e 70 do século XX, especificamente, aspectos da militância feminina em organizações de luta armada contra o regime militar brasileiro, no Rio de Janeiro, Bastos (2004, p.1) afirma que “as transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos 60, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher como sujeito político”. Para ela, se o lugar da mulher era, até então, o espaço doméstico, a partir desse período, as conquistas femininas não aconteceram apenas no mercado de trabalho e na universidade, pois há uma crescente conscientização e participação política da mulher.

Desde que conquistou o direito ao voto, a participação das mulheres nas questões políticas cresce cada vez mais. Avelar (2002) argumenta que um efetivo ativismo feminino ocorreu no final dos anos 70 e 80, “com movimentos sociais organizados em torno de novos temas devido, entre outros fatores, à ascensão educacional das mulheres” (p. 45). Após o processo de redemocratização durante a década de 80, a participação da mulher na política brasileira intensificou-se. Entretanto, segundo Daniel e Pereira (2009) apesar de as mulheres representarem 51,7% do eleitorado brasileiro, somente 46 dos 513 deputados da Câmara Federal são mulheres, ou seja, 8,97% dos parlamentares. No Senado, há 10 mulheres entre os 81 senadores (12,34%).

Conforme Alves (2009), a primeira experiência de políticas de cotas para reverter a baixa presença da mulher brasileira na política aconteceu em setembro de 1995, quando foi aprovada a Lei 9.100, em cujo § 3º do artigo 11º ficou estabelecido que 20%, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres. Este artigo foi questionado pela sua inconstitucionalidade e dois anos depois o Congresso Nacional aprovou a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, em que foi estabelecido no parágrafo terceiro do artigo 10º que *cada partido ou coligação deveria reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo*, estabelecendo, portanto, a mesma regra de representação para homens e mulheres.

Segundo o autor, o Congresso Nacional apenas formalizou uma regra de representação para garantir um mínimo e um máximo de vagas para cada sexo nas listagens partidárias em cada pleito. Mas o problema continua já que a aplicação da lei é sobre a reserva das vagas e não sobre as candidaturas das listas partidárias, ou seja, os partidos são obrigados a reservar as vagas, mas não a preenchê-las. Com isso, entre 1997 e 2008, a política de cota no Brasil funcionou como uma reserva vazia, o que significa que os 30% funcionaram somente como teto para o lançamento de candidaturas femininas pelos partidos.

Como salienta Fonseca-Silva (2008), ao reconhecer as falhas e equívocos na textualização dessa lei, tanto o movimento feminista quanto as forças sociais que têm lutado para que haja uma maior equidade de gênero na sociedade mobilizaram-se. E, como consequência, como argumenta Alves (2009), depois de ampla negociação e da participação da atual bancada de deputadas federais, da Comissão Tripartite instituída pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), de acadêmicos e da sociedade civil, foi aprovada pela Câmara, em julho de 2009, uma nova redação para a política de cotas no Projeto de Lei 5.498/09. Nessa nova redação, consta que *cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo*.

Analisando discursivamente essa nova redação, podemos observar uma mudança de posições na política de cotas, com a alteração do verbo "reservar" para o verbo "preencher". Essa mudança obriga os partidos registrarem no mínimo 30% de candidaturas de cada sexo. Se aplicável ao pleito de 2010, no Brasil, o efeito de sentido de reservar para preencher mudará a representação das mulheres na política brasileira,

mostrando que o objetivo da política de cotas conseguiu, no que tange ao gênero, reverter o caráter excludente do sistema político brasileiro.

As considerações que fizemos acima indicam que apesar das dificuldades, as mulheres têm lutado para ocuparem e serem reconhecidas nas esferas de poder político.

Fonseca-Silva (2003; 2007a) analisou as revistas femininas *Nova* e *Claudia*, que tratam de diversos assuntos, e observou que tais periódicos não tratam da mulher na política e que quando abordam ocasionalmente a questão, a mulher é apresentada como pouco interessada na vida pública e política. Segundo a autora, na discursivização dos exemplares de *Claudia* que circularam na segunda metade do século XX e início do século XXI, até 2003, apesar de o universo da mulher não compreender somente o lar, a *mulher-Claudia*, para quem a revista se dirige,

não sabe como funciona a vida pública e política do país, não sabe como funcionam os poderes executivo, legislativo e judiciário, como são organizados e por quem são ocupados” (FONSECA-SILVA, 2003; 2007a, p. 145).

A autora salienta que as revistas semanais circulam no nosso cotidiano, funcionando como um lugar de memória discursiva formado por diferentes discursos “sobre como mulheres e homens se constituem enquanto sujeito moral na nossa sociedade” (p. 145).

Ainda segundo a autora, a indústria cultural segue a lógica do mercado. Dessa forma, as revistas apresentam diferentes projetos de acordo com os grupos de consumidores específicos e atualizam-se, constantemente, para acompanhar as mudanças do seu público, realizando pesquisas para traçar e atualizar o perfil dos leitores para os quais se dirige. Acrescenta que as revistas que circulam no cotidiano são sustentadas por intensa manipulação tecnocientífica empresarial e por uma multiplicidade de estratégias discursivas, “pela sua dimensão simbólica participam das práticas sociais, reproduzindo e publicizando o que existe nas relações sociais e os modos de vida ou de existência dos indivíduos na sociedade” (p. 25).

Diante disto, perguntamos, inicialmente: Se considerarmos a luta que as mulheres têm empreendido para ocuparem e serem reconhecidas nos espaços públicos de poder, as

revistas de informação que têm circulação semanal dão destaque ao sujeito mulher que atua nas esferas do poder político ou silenciam como as revistas femininas?

Levando-se em conta a participação da mulher nas questões sociais e políticas nas últimas décadas e que as revistas dirigidas às mulheres não encenam ou dão destaque a essa participação, formulamos, ainda a seguinte pergunta: Se as revistas femininas fazem circular o discurso segundo o qual as mulheres não entendem de política, em que lugares a mulher que atua nas esferas de poder político (executivo, legislativo e judiciário) aparece subjetivada na discursivização da revista de informação *Veja*, semanário mais antigo e de maior circulação no Brasil?

Para responder a essas questões, levantamos a hipótese de que, de um lado, a mulher que atua nas esferas de poder político tem destaque na discursivização de *Veja* em posições de sujeito ligadas à esfera da intimidade e da vida privada; e, de outro lado, a mulher que atua nas esferas de poder político tem destaque na discursivização da revista em posições de sujeito da esfera pública.

Esclarecemos que a pesquisa da qual resultou este trabalho tenta responder a algumas das questões do projeto temático “*Memória Discursiva, Espetacularização e Encenação Midiática da Política no Brasil*”<sup>1</sup>, um dos projetos que sustentam a linha de pesquisa Memória, discursos e narrativas, do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, e desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis), no Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso (LAPADis). Além disso, teve como justificativa, em primeiro lugar, a importância de se investigar como a mulher que atua nas esferas de poder político aparece na mídia; e, em segundo lugar, a escassez de pesquisas que tratam dessa questão.

## 1.2 Constituição do *corpus*: procedimentos metodológicos e resultados

A constituição do *corpus* do qual foram selecionadas formulações para serem analisadas neste trabalho contou com a participação dos seguintes membros do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis): *Celma Oliveira Prado* (mestranda e bolsista CAPES), *Nicole dos Santos Dias* (Bolsista de iniciação científica da FAPESB) e *Beatriz Rocha de Oliveira* (bolsista de iniciação científica da Uesb).

---

<sup>1</sup> Projeto coordenado pela Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva.

Para a constituição do *corpus*, fizemos um trajeto de leitura de edições da revista *Veja* desde 1998 a 2008, recorte que abrange um *período de três eleições para presidente, governadores(as), senadores(as) e deputados(as) e três para prefeitos(as) e vereadores(as)*. A partir do índice de cada edição, buscamos as reportagens consideradas relevantes para a pesquisa, que são aquelas relacionadas à mulher que atua nas esferas de poder político

Escolhemos e selecionamos reportagens das principais seções da revista, que são as que mais tratam de política, a exemplo das seções denominadas *Entrevista, Brasil, Geral, Economia e Negócios e Ensaio*. Depois procedemos à quantificação total das reportagens selecionadas e a quantificação de reportagens relacionadas a cada mulher, bem como à catalogação, separando, em pastas, às relacionadas a mulheres que atuam da esfera do poder executivo, a mulheres que atuam no poder legislativo e a mulheres que atuam no poder judiciário.

Ressaltamos que não foram selecionadas reportagens que apenas mencionavam nomes de mulheres ligadas à política, mas reportagens que discursivizam sobre mulheres que atuam nas esferas de poder político no Brasil no período mencionado.

Na tabela 1 abaixo, indicamos o total de reportagens quantificadas e catalogadas que discursivizam sobre governadoras, prefeitas e ministras, nas edições de *Veja*, no período de 1998 a 2008.

**Tabela 1.** Reportagens sobre mulheres atuantes na esfera do poder executivo em *Veja*

<b>Ano</b>	<b>Governadora ou vice-governadora</b>	<b>Prefeita ou vice-prefeita</b>	<b>Ministras</b>	<b>Total</b>
1998	01	00	02	03
1999	00	00	00	0
2000	05	02	00	07
2001	08	03	00	11
2002	10	01	00	11
2003	02	01	03	06
2004	02	12	02	16
2005	02	06	03	11
2006	02	02	00	04
2007	01	01	04	06
2008	02	00	17	19
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>28</b>	<b>31</b>	<b>90</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Na tabela 2, abaixo, apresentamos o total de reportagens de *Veja* que discursivizam sobre senadoras, deputadas e vereadoras no mesmo período:

**Tabela 2.** Reportagens sobre mulheres atuantes na esfera do poder legislativo em *Veja*

<b>Ano</b>	<b>Senadoras</b>	<b>Deputadas</b>	<b>Vereadoras</b>	<b>Total</b>
1998	0	0	0	0
1999	0	0	0	0
2000	0	0	0	0
2001	0	0	0	0
2002	1	2	0	3
2003	5	0	0	5
2004	0	0	0	0
2005	0	0	1	1
2006	2	1	0	3
2007	2	2	0	4
2008	1	3	0	4
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>08</b>	<b>01</b>	<b>20</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

E na tabela 3, por sua vez, indicamos o total de reportagens, catalogadas e quantificadas, que discursivizam sobre mulheres que atuam no poder judiciário no período mencionado.

**Tabela 3.** Reportagens sobre mulheres atuantes na esfera do poder judiciário em *Veja*

<b>Ano</b>	<b>ministra s</b>	<b>Total</b>
1998	0	0
1999	1	1
2000	0	0
2001	0	0
2002	0	0
2003	0	0
2004	0	0
2005	0	0
2006	1	1
2007	1	1
2008	1	1
<b>Total</b>	<b>04</b>	<b>04</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Como mostram as tabelas 1, 2 e 3, foram quantificadas e catalogadas 124 (cento e vinte e quatro) reportagens, sendo 90 (noventa) que discursivizam sobre mulheres que atuam no poder executivo, incluindo governadoras, prefeitas e ministras; 20 (vinte) que discursivizam sobre mulheres que atuam no poder legislativo, como senadoras, deputadas e vereadoras; e 04 que discursivizam sobre mulheres que atuam no poder judiciário, como ministras do Supremo Tribunal Federal.

Na tabela 4, a seguir, indicamos, em ordem decrescente no que tange ao número de reportagens, nomes das mulheres que atuam nas esferas de poder político no Brasil e que são discursivizadas nas edições de *Veja* no período compreendido entre janeiro de 1998 e dezembro de 2008:

**Tabela 4.** Mulheres atuantes nas esferas de poder político e quantidade de reportagens no período compreendido entre 1998 a 2008, de *Veja*

<b>Nomes de mulheres</b>	<b>Quant. reportagens</b>
Marta Suplicy	36
Dilma Roussef	20
Roseana Sarney	19
Heloisa Helena	08
Rosinha Garotinho	05
Benedita da Silva	05
Yeda Crusius	04
Matilde Ribeiro	04
Marina Silva	03
Ellen Gracie	03
Cláudia Costin	02
Rita Camata	02
Kátia Abreu	02
Maria do Rosário	02
Ideli Salvati	02
Ana Júlia Carepa	02
Luizianne Lins	02
Eliana Calmon	01
Cristiane Brasil	01
Manuela d'Ávila	01
Luciana Genro	01
Cármem Lúcia	01
Jusmari Oliveira	01
Luciana Costa	01
Ângela Amim	01

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Como podemos verificar na tabela 4, no período de 1998 a 2008, das mulheres que atuam nas esferas do poder político, Marta Suplicy, Dilma Rousseff, Roseana Sarney e Heloisa Helena são as que aparecem, em ordem decrescente: 36, 20, 19, 08, com maior frequência nas edições de *Veja*, seguidas de Rosinha Garotinho e Benedita da Silva, que aparecem em 5 reportagens; de Marina Silva e Ellen Grace que aparecem em 3; Claudia Costin, Rita Camata, Kátia Abreu, Maria do Rosário, Ideli Salvati, Ana Julia Carepa e Luizianne Lins, que aparecem respectivamente em 2 reportagens; e, por último, Eliana Calmon, Cristiane Brasil, Manuela d'Ávila, Luciana Genro, Carmen Lúcia, Jusmari Oliveira, Luciana Costa e Angela Amim que aparecem cada uma em 1 reportagem.

Na tabela 5, a seguir, apresentamos a classificação de temáticas de que tratam as reportagens que fazem parte do *corpus* da pesquisa, considerando que cada reportagem pode conter um ou mais temas. Os temas foram definidos a partir de uma leitura prévia do material coletado, são eles: *economia; personalidade (características psicológicas da política); vida pessoal/vida privada; estilo/moda/beleza/visual; relação com partidos, corrupção; administração/mandato despreparo político; história política e história de vida (origens da mulher política); eleições* e outros de pouca ocorrência.

**Tabela 5.** Temas tratados nas reportagens

<b>Tema</b>	<b>Quant. de reportagens</b>
1. Economia	05
2. Personalidade (características psicológicas)	06
3. Intimidade/vida privada	18
4. Estilo/ moda/ beleza/ visual	13
5. Política	12
6. Corrupção	21
7. Administração/mandato	11
8. Despreparo político	09
9. História política e história de vida (origens)	09
10. Eleições e pesquisas eleitorais	25
11. Outros	08
<b>Total</b>	<b>124</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

A tabela 5 indica que o maior número de reportagens catalogadas discursiviza sobre eleições, o que é justificado pelo fato de, no período de 1998 a 2008, ter havido seis eleições.

A presença de mulheres que atuam nos poderes executivo, legislativo e judiciário

na revista *Veja* é marcada pelas categorias mais recorrentes *eleições* (25), *corrupção* (21), *vida pessoal/privada* (18) e *estilo-beleza-visual* (13). Entre as governadoras, por exemplo, a que mais apareceu na mídia foi Roseana Sarney, porque se candidatou à presidência da república nas eleições de 2002. Entre as prefeitas, a que mais apareceu foi Marta Suplicy, porque se candidatou duas vezes à prefeita de São Paulo e teve um mandato como prefeita de São Paulo. Entre as ministras, Dilma Rousseff é a que mais aparece na mídia desde quando foi escolhida por Lula para ser testada como candidata a sua sucessão.

Na discursivização sobre esquemas de corrupção, Roseana Sarney e Marta Suplicy são as mulheres que mais aparecem encenadas na mídia no período de 1998 a 2008. Ao tratar da encenação discursiva e da corrupção política no Brasil, Fonseca-Silva (2007; 2008; 2009) mostra que o tema é complexo e afirma que a corrupção no Brasil está relacionada ao sistema político e ao modelo de desenvolvimento econômico e que o debate teórico é sustentado por pelo menos duas correntes de pensamento: de um lado, alguns cientistas políticos partem do pressuposto de que a corrupção brasileira é uma herança do patrimonialismo ibérico; de outro lado, autores defendem que a ausência de uma história feudal no país atua como um elemento importante para descrever a falta de separação entre as esferas públicas e privadas, o que seria estaria próximo ao patrimonialismo oriental.

Ressaltamos que não trataremos dos esquemas de corrupção aos quais algumas mulheres aparecem relacionadas, visto que o assunto está relacionado a questões que ultrapassam o limite deste trabalho. Além da complexidade da temática, que por si só pode ser desdobrada em várias pesquisas, como salienta Fonseca-Silva (2007; 2008; 2009), encontra-se em andamento, no Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso, desde 2006, uma pesquisa, da mesma autora, que investiga a corrupção política no Brasil, ligada ao mesmo projeto temático à qual está vinculado à pesquisa da qual resultou este trabalho, e que indica que o tema não pode ser abordado de forma superficial já que há implicações políticas e econômicas relacionadas ao fenômeno da corrupção e a não questões de gênero.

A revista discursiviza, também, sobre a vida pessoal da mulher política (personalidade, passado e história política) e sobre estilo-beleza-visual e sensualidade. Assim, por meio da mídia, torna-se pública a vida íntima e privada de mulheres que atuam nas esferas de poder político.

Para responder à questão e comprovar a hipótese que norteou este trabalho, fizemos um recorte e selecionamos, para serem analisadas, formulações de reportagens que dizem respeito somente a treze mulheres que atuam nas três esferas de poder político no Brasil, quais sejam: *Marta Suplicy* (ex-deputada federal; ex-prefeita de São Paulo, ministra do Turismo); *Dilma Rousseff* (ex-ministra de Minas e Energia; Chefe da Casa Civil); *Roseana Sarney* (ex-deputada federal; governadora do Maranhão); *Heloisa Helena* (ex-senadora, presidente do PSOL); *Rosinha Garotinho* (ex-governadora do Rio de Janeiro); *Benedita da Silva* (Ex-governadora do Rio de Janeiro); *Cláudia Costin* (Ex-ministra da Administração Federal e Reforma do Estado); *Rita Camata* (deputada federal); *Kátia Abreu* (ex-deputada federal, senadora); *Maria do Rosário* (ex-vereadora, ex-deputada estadual; deputada federal); *Eliana Calmon* (ex-juíza federal, ministra do STF); *Cristiane Brasil* (vereadora do Rio de Janeiro; Presidente Nacional do PTB Mulher); *Manuela d'Ávila* (ex-vereadora; deputada federal), *Luciana Genro* (ex-deputada estadual; deputada federal).

Nas análises que apresentamos nos capítulos 2 e 3 mobilizamos, fundamentalmente, conceitos operacionais dos quadros teóricos que dão sustentação à Análise de Discurso e conceitos operacionais de quadros teóricos das Ciências Sociais e Ciência Política, o que pode ser justificado pelo fato de o tema da pesquisa, assim como o Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, ser de caráter *Inter e multidisciplinar*. Ressaltamos que os conceitos são explicados na medida em que são mobilizados nas análises, e, por isso, não desenvolvemos um capítulo de pressupostos teóricos para depois apresentar as análises.

### 1.3 Organização da dissertação

Além deste capítulo em que apresentamos o problema, a justificativa e os procedimentos metodológicos da pesquisa que gerou este trabalho, a dissertação apresenta os seguintes capítulos:

O capítulo 2, intitulado. **Memória discursiva, intimidade e vida privada de mulheres que atuam nas esferas do poder político**, no qual tratamos do modo pelo qual a mulher política é encenada e discursivizada em *Veja*. Para tanto, fazemos um recorte de memória da discussão sobre a relação entre **público** e privado e do modo pelo qual *Veja* discursiviza sobre a intimidade e a vida privada de mulheres que atuam nas esferas do

poder político, dando enfoque à vida pessoal e afetiva, ao cuidado com os filhos, com o marido e com os afazeres domésticos e aos cuidados com corpo.

O capítulo 3, intitulado **Memória discursiva e vida pública de mulheres que atuam nas esferas do poder político**, em que discutimos o efeito metafórico, por meio de alguns processos parafrásticos e polissêmicos entre expressões destacadas que indicam que algumas mulheres que atuam nas esferas do poder político se subjetivam como mulheres de personalidade forte, competentes e comprometidas; como mulheres herdeiras do poder oligárquico; e como militantes políticas e da luta armada.

O capítulo 4, intitulado **Conclusão**, no qual apresentamos as considerações finais do trabalho.

E, por último, apresentamos a parte das referências mobilizadas no trabalho.

## **2 MEMÓRIA DISCURSIVA, INTIMIDADE E VIDA PRIVADA DE MULHERES QUE ATUAM NAS ESFERAS DO PODER POLÍTICO**

### **2.1 Considerações iniciais**

Neste capítulo, discutimos sobre o sujeito mulher que atua no poder político e que tem destaque na discursivização de *Veja* quando subjetivada em posições de sujeito da esfera da intimidade e da vida privada.

Ao discutirmos o modo pelo qual a mulher política é encenada e discursivizada em *Veja*, com ênfase na esfera da intimidade e da vida privada, analisamos, neste capítulo, especificamente, a presença de mulheres que atuam no poder executivo, legislativo e judiciário, no semanário em questão, no período de janeiro de 1998 a dezembro de 2008.

Na análise de reportagens da revista *Veja* sobre mulheres que atuam nas esferas do poder político, observamos que é comum a referência à vida pessoal e afetiva, ao cuidado com os filhos, com o marido e com os afazeres domésticos e ao cuidado com o corpo, o que nos leva a pensar na relação entre os espaços público e privado, tema polêmico que enfocaremos no tópico a seguir.

### **2.2 Público e privado: recortes de memória**

Ao tratar da relação do público e do privado, Arendt (1958) apresenta importante contribuição ao tema. A autora trata de três conceitos fundamentais integrantes da *vita activa* na condição humana: *labor*, *trabalho* e *ação*.

No que tange ao primeiro, a autora afirma que o *labor* se encontra na esfera eminentemente privada, na antiguidade, e é uma atividade de subsistência, que tem por escopo a manutenção das condições vitais do homem, ou seja, tem por objetivo o intuito básico de saciar as necessidades vitais do homem. Os instrumentos utilizados para a realização do labor ou estão no próprio corpo do homem ou são como uma extensão dele, assegurando sua sobrevivência e a vida da espécie. Por isso, a autora argumenta que a condição humana do labor é a vida. O homem que realizava o labor era chamado de *animal laborans*. As atividades eram realizadas no domínio da casa, onde não havia liberdade. A ausência de liberdade era fundamentada na relação de mando que o *pater familias* detinha sobre os seus dominados: filhos, esposa e escravos. Mas o *pater familias*

*também não* detinha liberdade, pois não podia tomar assento nas decisões que eram próprias do homem livre, entendido como animal político, o *politikon zoon*.

Em se tratando do segundo, conforme a autora, o *trabalho ou produção* garante a durabilidade do caráter efêmero do tempo humano. O fruto do trabalho se consubstancia em bens de duração, que não se consomem instantaneamente no tempo, adquirindo permanência no mundo. O objetivo do *homo faber*, aquele que trabalha, é produzir bens não de consumo, mas que tenham uma duração no tempo. A posição do trabalho no mundo antigo seria um intermédio entre o público e o privado, mais próximo do público.

Em relação ao terceiro, segundo a autora, a *ação* caracterizava o espaço público e era praticada pelos homens livres, aqueles considerados como iguais e que se autogovernam, sem as amarras próprias de quem vive unicamente para retirar o sustento. A ação, assim, é definida como a condição humana da pluralidade que apresenta as seguintes características: a imprevisibilidade, a não limitação e a irreversibilidade. É o exercício político por excelência e não pode ser imaginada fora da sociedade dos homens. Conforme a autora, a esfera pública, na antiguidade, é a esfera da ação por excelência. O espaço público era caracterizado pela liberdade e tudo era decidido por meio de palavras e pela persuasão, e não por meio da força ou da violência. Dessa forma, a atividade política é uma capacidade exclusivamente humana que só pode ser exercida no palco da esfera pública, espaço no qual irrompe o autêntico confronto da pluralidade de diálogos entre iguais.

O público como esfera do comum (*koinon*) ou esfera da política por excelência (governo da Cidade) e o domínio da liberdade opõe-se ao privado, definido como o domínio da casa (*oikos*). Assim, a autora defende que no pensamento grego, a capacidade humana de organização política se opõe e se difere da associação natural que tem a casa (*oikia*) e a família como centro. A esfera pública é o espaço onde se encontra a liberdade, enquanto no lar, esfera privada, situa-se a necessidade, um fenômeno pré-político.

Ao tomar a vida da “polis” grega como um ponto privilegiado, Arendt (1958) mostra que esferas pública e privada possuíam traços de distinção entre os antigos e que o advento da modernidade fez com que a distinção entre direito público e privado ficasse mais tênue.

A autora percorre o trajeto estabelecido entre o surgimento da cultura da “polis” grega e o surgimento da cultura cosmopolita, de massa, que sustenta o mundo contemporâneo, e mostra que para o homem significar na “polis” grega, ele teria que

participar da vida pública e decidir os destinos da comunidade. Nesse trajeto, a autora aponta para o fato de a filosofia clássica ter sofrido uma guinada e, praticamente, abandonado a Política como tema de reflexão, facilitando o esquecimento do homem como animal político, que fazia da política a realização máxima da moral e da conduta ética. Isso porque houve o esfacelamento da correlação das atividades humanas (labor, trabalho, ação) e a atividade ligada ao labor se tornou hegemônica, passando a reger as demais atividades.

Essa escala ou hierarquia social moderna é rejeitada pela autora, que retoma o paradigma aristotélico, para quem nem o labor e nem o trabalho possuíam dignidade suficiente para que fossem chamados de modo de vida (“bios”), pois não eram consideradas nem atividades autônomas e nem autenticamente humanas. Na modernidade, entretanto, o trabalho, ligado a esfera privada na Grécia Antiga, adquiriu mais relevância que as demais atividades.

Arendt (1958) argumenta que se somente na esfera da vida pública da Cidade-Estado o homem grego poderia tornar-se livre cidadão da “polis”, na medida em que a “polis” sucumbiu ao poder da Civilização Romana, o orgulho do homem grego perdeu o próprio fundamento e com os romanos todos os cidadãos igualam-se na condição de súditos, de homens politicamente reunidos mediante uma aliança. Dessa forma, para a autora, a condição especial do cidadão, envolvido com as atividades da ação deixou de ser privilégio dos gregos. E com o advento do Império Romano, os indivíduos passaram a ser considerados homens biologicamente definidos, membros de uma única humanidade, participantes não mais de uma “polis”, mas de uma cosmópolis (Roma). Isto deu origem ao nascimento do conceito de vida em comum e a inclusão da esfera social na esfera pública, ou seja, na esfera política, com uso da força e da violência.

A autora recorre aos critérios políticos dos antigos gregos, que apresentavam bem definidas as esferas pública e privada, para mostrar que no mundo contemporâneo as esferas públicas se encontram bastante difusas e submersas na esfera social, ou seja, a sociedade atual representa a extensão da esfera privada ao espaço público da política.

A partir da Modernidade, segundo a autora, a igualdade, característica do espaço público, é assimilada pela esfera privada, isto é, o agir comunicativo da esfera política é absorvido pelos interesses privados. Assim, a sobrevivência e a desigualdade inerentes à esfera doméstica passam a ter interesse para a ação política. Dessa forma, a confusão entre o social e político decorre da moderna concepção da sociedade, que toma a política como

um espaço de regulação da esfera privada, transformada em interesse coletivo. Atualmente, a economia política do Estado nação efetiva-se no controle do poder estatal sobre a família e a administração doméstica do lar. Trata-se de um processo contraditório, pois, originariamente, a economia pertencia ao domínio do chefe da família e a política à cidadania na polis. Conseqüentemente, a esfera privada e a esfera pública correlacionam-se reciprocamente, ocorrendo, dessa forma, a anulação da dualidade clássica entre esfera privada e esfera pública. Para a autora, a subordinação da esfera pública aos interesses privados dos indivíduos foi fator decisivo na promoção do social.

Em outras palavras, no mundo moderno, há aproximação entre o social e o político, de forma que os interesses privados adquirem importância pública. A ascensão à esfera pública do modelo administrativo e das atividades reservadas à casa e à família implica transformações nessas esferas, além de diluir a divisão entre elas.

Habermas (1987), distanciando-se de Arendt (1958), postula que falar de esfera pública é diferente de falar de público e privado. Para ele, falar de esfera pública é falar de uma situação histórica vinculada ao estabelecimento da sociedade burguesa. Ressalta, entretanto, que a esfera pública é um princípio organizacional, encontrando-se extremamente arraigada à cultura ocidental que acompanha e atravessa diferentes formações econômicas até chegar à esfera pública burguesa. Nessa perspectiva, o autor argumenta que a esfera pública helênica, onde ocorre a cisão entre público e privado, permanece até os nossos dias como modelo que molda as sociedades ocidentais, independentemente das diferentes formações sociais assumidas. Dessa forma, falar de público é falar de acesso permitido a todos, seja a eventos ou locais, em contrapartida ao privado, cujo papel é limitar o acesso a indivíduos específicos e determinados, por exemplo. O público pode também referir-se ao Estado, como um “poder público”, cuja função é promover o bem comum, como ainda, alguém que alcançou o reconhecimento de suas habilidades ou qualidades. Podemos, então, dessa forma, pensar o público e o privado, no que concerne às diferentes formas de organizações sociais estabelecidas, como um princípio organizacional e não apenas como referente à esfera pública burguesa,

Neste trabalho, apesar de o tema público e privado ser problemático, retomamos Arendt (1958), segundo a qual a vida privada, principalmente na Grécia antiga, representava o lugar onde o homem era compelido a viver com outros para saciar as necessidades pré-políticas referentes ao seu caráter de espécie; era o espaço em que a violência e a força podiam ser legitimamente empregadas. Já a vida pública, da *polis*, era

local em que os iguais (homens, livres, ricos e chefes de família, ou seja, homens (não mulheres dotadas de ventura), após terem superado essa luta pré-política, podiam viver a liberdade publicamente e manifestar sua individualidade, por meio da política, da ação e do discurso.

A autora argumenta que a separação entre os espaços público e privado da forma como estabelecida pelos antigos não existe mais, pois desde a Idade Moderna a linha divisória é difusa, não existe uma esfera pública e outra privada, e sim uma grande esfera social, que é responsável por gerir uma economia coletiva (vida privada) por meio da política e do mundo comum (vida pública).

Neste sentido, defende que o oposto da vida privada moderna não é a esfera pública, mas o conformismo e a igualdade que são impostos pela sociedade na esfera social. Assim, a esfera da intimidade em vez de surgir em contraposição à esfera pública, surge como um espaço espiritual que precisa ser protegido contra a esfera social como último refúgio do sujeito moderno. A autora retoma Jean-Jacques Rousseau, o primeiro teórico da intimidade, para afirmar que a intimidade do coração, ao contrário da privacidade da casa ou da localização do espaço público, não possui um lugar físico delimitado, ou seja, que a intimidade e o seu oposto, a sociedade, são subjetivas – formas que não se encontram ligadas a locais físicos específicos, como as esferas do lar e da política na Antiguidade.

Para a autora, o que chamamos hoje de privado diz respeito a

um círculo de intimidade cujos primórdios podemos encontrar nos últimos períodos da civilização romana, embora dificilmente em qualquer período da antiguidade grega, mas cujas peculiaridades multiformidade e variedade eram certamente desconhecidas de qualquer período anterior à era moderna (ARENDR, 1958, p. 54).

E que o termo "público" significa:

Em primeiro lugar, que tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. Em comparação com a realidade que decorre do fato de que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem uma espécie de existência incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas, desprivatizadas e

desindividualizadas, por assim dizer, de modo a se tornarem adequadas à aparição pública. (ARENDETT, 1958, p. 60)

A intimidade e a vida privada, hoje, são trazidas ao público. As pessoas revelam sua esfera íntima ao público. Considerando a percepção social de que a invasão à intimidade e à vida privada constitui, atualmente, uma vontade social legítima de conhecer a vida de todos, os meios de comunicação funcionam como um dos violadores da intimidade e da vida privada.

É neste sentido que buscamos mostrar que, na discursividade de revistas de informação, a exemplo de *Veja*, algumas mulheres que atuam nas esferas do poder político, portanto na esfera pública, aparecem encenadas pela intimidade e vida privada, como indicamos no tópico a seguir.

### **2.3 Memória discursiva, a intimidade e a vida privada de mulheres que atuam nas esferas do poder político**

Para discutirmos este tópico, partiremos de Foucault ([1969] 2000), que define memória como campo associado, domínio da memória ou, ainda, campo de memória. Segundo o autor, toda formulação possui, em seu campo associado ou domínio de memória, outras formulações com as quais produz certos efeitos específicos de memória: repete, refuta, transforma, nega, etc. (FOUCAULT, [1969] 2000, p. 64).

O enunciado de que trata Foucault ([1969] 2000) é cunhado pelo próprio autor como a unidade elementar do discurso, como uma função de existência que pertence exclusivamente aos signos, mas esses signos não são necessariamente linguísticos. Um enunciado, neste sentido, é marcado por uma *posição de sujeito*. Assim, uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados enunciados se puder assinalar uma *posição de sujeito*. Ressaltamos que uma posição de sujeito e ou o sujeito do enunciado, no sentido postulado pelo autor, é uma função determinada e vazia que pode ser exercida ou ocupada por diferentes indivíduos para que possam se tornar sujeitos.<sup>2</sup>

Courtine (1981) toma o conceito de domínio de memória de Foucault ([1969] 2000) e o reconfigura em seu trabalho como memória discursiva. Para o autor, toda

---

<sup>2</sup> Sobre o enunciado em Foucault, ver Fonseca-Silva (2010).

palavra, todo enunciado<sup>3</sup> e toda enunciação têm um passado discursivo, ou seja, são enunciados pré-existentes, dispostos na cultura, que marcam semântico-discursivamente a apropriação social da linguagem. Logo, não há discursos que sejam interpretáveis sem referências a uma memória.

Pêcheux ([1983a]; [1983b] 1999) trata da questão da memória discursiva como estruturação da materialidade discursiva, estendida em uma dialética da repetição e da regularização. Para o autor,

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os ‘implícitos’ (que dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, [1983,] 1999, p. 52)

Dessa forma, para o autor, o discurso é exterior ao sujeito (posição), pois este se encontra inscrito em filiações históricas que se organizam em memórias.

Fonseca-Silva (2007b, p. 19) defende que “toda e qualquer materialidade simbólica de significação funciona como lugar de memória discursiva”. A revista *Veja* neste trabalho é tomada, pois, como um lugar de memória discursiva, onde se materializam discursos que circulam na sociedade sobre homens e mulheres.

Ao analisarmos, neste capítulo, formulações sobre algumas mulheres que atuam nos três poderes e que são discursivizadas na revista *Veja*, tratamos de mulheres – reconhecidas ou não pela competência – que conseguiram seu espaço na política governamental, mas que, embora sua presença na mídia ocorra em consequência do lugar institucional, ou seja, do lugar que ocupam nas esferas de poder político, são discursivizadas em *Veja* em três esferas de intimidade e de vida privada: a primeira diz respeito à vida pessoal e afetiva; a segunda refere-se à mulher política no espaço doméstico, ligado aos cuidados com a casa, com os filhos e com o marido; e a terceira está relacionada ao estilo- visual-beleza.

---

<sup>3</sup> O enunciado de que trata Courtine (1981) não tem o mesmo sentido em Foucault. O enunciado para o autor equivale a uma formulação linguística, assim como para Pêcheux ([1983] 1997; [1983b] 1999)..

### 2.3.1 Mulher política e intimidade: vida pessoal e afetiva

Nas redes de formulações a seguir, identificamos uma posição de sujeito que indica a discursivização sobre algumas mulheres que atuam nas esferas do poder político vinculada à vida pessoal e afetiva.

Marta Suplicy, na discursivização de *Veja*, foi quem teve maior presença na mídia no período analisado, principalmente no tocante a sua vida pessoal e afetiva, como pode ser observado a seguir.

- 1) [...]. **Somos um em casa, outro na rua, entendida a casa como expressão da vida privada e a rua a da vida pública. A casa, como locus por excelência da vida privada, é o lugar onde se impõem soberanas as relações familiares e afetivas. A rua, lugar do convívio entre estranhos, é, ou deveria ser regida pelas regras de civilidade das quais depende o bom funcionamento da sociedade. O brasileiro é um povo que dedica valor diverso a um espaço e outro** (*Veja*, 1 de novembro de 2000). (Grifo nosso).
- 2) [...]. Houve múltiplos argumentos assacados um contra o outro pelos dois candidatos – Paulo Maluf, do PPB, e Marta Suplicy, do PT. **Marta Suplicy bateu na tecla da improbidade do adversário. Lembrou, sem cessar, os processos por mau uso do dinheiro público e a fama de inescrupuloso que o ronda, nas práticas políticas e administrativas.** (*Veja*, 1 de novembro de 2000) (Grifo nosso).
- 3) Já **Maluf carregou fortemente na lembrança de que a adversária é a favor do aborto e do reconhecimento da união entre homossexuais, além de escrever livros de educação sexual, quando não insinuou, no momento de maior inclinação para a baixa, que conhecia, e poderia divulgar a qualquer momento, detalhes embaraçosos de sua vida conjugal** (*Veja*, 1 de novembro de 2000) (Grifo nosso).
- 4) Registre-se que Maluf contava, para maior eficácia de sua estratégia, com o fato de a adversária ser mulher. **Escrever livros, ou falar desabridamente sobre sexo na televisão, como fez Marta Suplicy ao tempo em que participava do programa *TV Mulher*, é algo que dificilmente seria assacado contra candidato homem. Muito menos se insinuaria alguma coisa sobre sua vida conjugal, mesmo porque haveria o risco de ninguém se importar com isso** (*Veja*, 1 de novembro de 2000, p. 50) (Grifo nosso).
- 5) **Maluf contava com o estereótipo da mulher santa e sagrada, rainha do lar, doméstica e domesticada, para que suas acusações e insinuações produzissem efeito. De outro lado tinha a seu favor a crônica dificuldade brasileira em exigir da vida pública os mesmos padrões de moralidade que, certa ou**

**erradamente, com ou sem hipocrisia, se costuma exigir por aqui da vida privada. Este é o país onde um crime da "rua", vale dizer, filiado ao universo público, como o de sonegação, é encarado como crime menor. (Veja, 1 de novembro de 2000, p. 50) (Grifo nosso).**

As formulações de 1 a 5 foram retiradas da reportagem intitulada “Casa e rua duelam nas ruas”, publicado na edição de 1 de novembro de 2000 da revista *Veja*. Como indica a formulação 1, o par “casa e rua” materializa a oposição vida pública e vida privada. Na referida formulação, podemos verificar que, além da definição da casa como *locus* da vida privada e a rua como *locus* da vida pública, é apresentada a definição de vida privada como “lugar onde se impõem soberanas as relações familiares e afetivas”, e de vida pública como “lugar do convívio entre estranhos”. Nessa formulação, portanto, há dois lugares discursivamente marcados e instituídos. A esses lugares, são atribuídos valores e moralidades distintas pelo povo brasileiro.

No saber da posição de sujeito identificada nas formulações de 1 a 5:

a) questões da esfera privada não atingem à imagem do homem que atua na esfera do poder político ou da esfera pública, pois este só é afetado por questões da vida pública, como pode ser observado nos períodos grifados nas formulações 2, 3, 4 e 5.

b) questões da esfera privada que envolvem, principalmente, o campo da sexualidade e da afetividade atingem a imagem da mulher que atua na esfera do poder político ou da esfera pública, como pode ser observado na formulação 3 e no primeiro período da formulação 5.

c) crimes da esfera pública, a exemplo dos crimes de corrupção política, pesam menos do que questões relacionadas à intimidade e à vida privada no Brasil, como indica o período assinalado em negrito da formulação 5.

Essas formulações indicam que, questões relacionadas à intimidade e à vida privada da mulher, portanto, pesam e prejudicam a sua imagem na esfera pública. Isto é reforçado nas formulações de 6 a 10 a seguir, retiradas de edições de *Veja* que circularam no período de 2001 a 2004:

- 6) **Marta Suplicy**, a prefeita de São Paulo, **terminou o casamento de 36 anos com o senador Eduardo Suplicy** desafiando as probabilidades. [...] **Contrariando mais uma vez as estatísticas da maioria das separações, o papel de "vítima" não foi da mulher.** Desde a divulgação da notícia, na segunda-feira passada,

esse **manto foi vestido pelo marido abandonado**, o senador Eduardo Suplicy. (*Veja*, 25 de abril de 2001, p. 90-91) (Grifo nosso).

- 7) [...] Para tornar ainda mais delicada a situação de Marta, **no PT e no círculo de amigos mais próximos da família fala-se abertamente do envolvimento com Luis Favre**. [...] (*Veja*, 25 de abril de 2001, p. 90-91) (Grifo nosso).
- 8) Para Marta, **o sonhado e inédito percurso de uma brasileira rumo ao Planalto tem mais um obstáculo: além de mulher, separada e por iniciativa própria** (*Veja*, 25 de abril de 2001, p. 90-91) (Grifo nosso).
- 9) **Não é comum uma senhora de 58 anos, mãe de três filhos adultos e avó de dois netos, sentir-se subitamente rejuvenescida, perder 7 quilos**, vencendo aos poucos uma antiga luta contra a balança, **e de uma hora para outra transpirar alegria por todos os poros** (*Veja*, 24 de setembro de 2003, p. 52) (Grifo nosso).
- 10) **Na vida privada, Marta e Favre continuam em lua-de-mel**. Nos fins de semana, costumam frequentar a Vila Toscana, propriedade do empresário Ivo Rosset, em Campos do Jordão [...]. A noite quase sempre termina com os convidados sentados ao redor da lareira, enquanto o primeiro-casal paulistano dança de rosto colado (*Veja*, 28 de julho de 2004, p. 60) (Grifo nosso).

A formulação 6 indica que, quando o homem é quem pede a separação, a mulher é abandonada, sofre e é vítima; e que, quando a mulher é quem pede a separação, o homem é abandonado, sofre e é vítima. Entretanto, a palavra vítima, que aparece entre aspas na formulação, funciona, no sentido de Pêcheux ([1983]), como um ponto de deriva que oferece lugar a outra interpretação, qual seja: não há vítimas numa separação.

A formulação 7 indica que a mulher só toma a decisão de se separar se estiver envolvida em relacionamento com outro homem. A formulação 8 indica que há obstáculos para a mulher entrar na cena política brasileira e que esses obstáculos aumentam se a mulher se separar por iniciativa própria. A formulação 9, por sua vez, aponta que uma mulher de meia idade, com filhos e netos não é bem-vista quando se apaixona; que uma mulher quando se sente viva, rejuvenesce, perde peso e fica alegre está apaixonada; e que a mulher apaixonada não tem controle e domínio de si. A formulação 10 indica que a intimidade de Marta é de domínio público.

As formulações de 1 a 10, portanto, indicam que a intimidade de Marta pode ser vista e ouvida por todos, no sentido de Arendt (1958), para quem, como vimos, as maiores forças da vida íntima vivem uma espécie de existência incerta e obscura,

As formulações indicam, ainda, que a vida pessoal interfere nos propósitos políticos da mulher; que há preconceito em relação à mulher no que diz respeito à atuação na cena política; que ter um casamento estável é um aspecto favorável à mulher que quer entrar na cena política; que a mulher deve ter uma atitude de submissão diante do casamento e não deve sair por livre iniciativa do relacionamento; e que a mulher, mãe de filhos adultos e avó deve conter suas emoções. Na posição identificada nas formulações de 1 a 10, a mulher é estigmatizada, não domina a si mesma e nem os desejos e paixões.

A intimidade e a vida pessoal de Marta foi também usada como estratégia política contra a sua candidatura à reeleição na prefeitura de São Paulo pelo seu concorrente, José Serra:

- 11) **Um prefeito tem de ser um exemplo para os seus governados**, do ponto de vista administrativo e também pessoal (*Veja*, 11 de agosto de 2004) (Grifo nosso).

A formulação 11 indica que o *domínio de si* é considerado pré-requisito para o governo da cidade, ou seja, para que um indivíduo possa governar o outro ele precisa governar a si mesmo e o comportamento de um político, neste contexto, deve ser exemplar tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Segundo Foucault ([1969] 2000), na Grécia Antiga, o governo de si ou domínio das paixões se estendia ao governo dos outros, mas também ao governo da casa. Essa virtude também qualificava um bom político no governo da cidade, tendo em vista que o vínculo conjugal era também de natureza política. Somente quem era capaz de governar a si mesmo estaria apto a governar os outros: a família e a *pólis*. Desta forma, essa formulação produz o efeito de sentido em que Marta não pode governar a *polis* já que não consegue controlar suas paixões e governar a si mesma.

A revista também discursiviza sobre a intimidade e a vida privada de Benedita da Silva, como podemos ver na formulação 12:

- 12) O corpanzil de 93 quilos, distribuídos por 1,78 metro, **conquistou o ator Antônio Pitanga**. O namoro começou em 1990, durante uma campanha, em que ambos eram candidatos. Preocupada em não passar a imagem de que estava ajudando o namorado a eleger-se, Benedita afastou-se de Pitanga. **A paixão, porém, falou mais alto, e veio a público quando alguns assessores da candidata descobriram sua estratégia para encontrar-se com o namorado:**

**reservar diariamente na agenda cerca de uma hora para uma tal "reunião de avaliação"**[...]. Candidata ao governo do Estado, nunca teve experiência no Executivo e, **apesar da força nas urnas, não apresentou um desempenho além do razoável como parlamentar** (*Veja*, 17 de abril de 2002, p. 76). (Grifo nosso).

As expressões em negrito da formulação 12 indicam que a mulher coloca as paixões em primeiro lugar, mesmo que isso atrapalhe sua carreira política, logo não governa a si e não pode governar os outros. Nessa formulação, identificamos o ponto de contradição que desqualifica Benedita da Silva como uma parlamentar que teve desempenho razoável, apesar de ter obtido uma excelente votação.

Na formulação 13, a intimidade e a vida privada da senadora Kátia Abreu é também ouvida e vista por todos, ou seja, tornou-se pública:

- 13) Desde que ficou viúva, **teve cinco namorados**, todos por períodos longos. Um deles foi o deputado Michel Temer (PMDB-SP), mas ela se recusa a falar sobre o assunto. Os amigos dizem que a sisudez do ex-presidente da Câmara não combinava com o seu estilo animado. **A senadora é festeira**. Todas as segundas-feiras, **reúne-se no restaurante Piantella com seus colegas do DEM, para discutir a semana, jantar e tomar meia garrafa do vinho argentino Catena Zapata, seu tinto preferido**. Às terças, **recebe amigos em casa e, vez ou outra, frequenta as festas na casa do senador Demóstenes Torres** (DEM-GO), de quem é amiga há anos. Foi numa dessas festas que Kátia foi oficialmente apresentada a seus pares. Na ocasião, anunciou: **"Vou animar esse Senado"**. (*Veja*, 19 de dezembro de 2007, p. 85) (Grifo nosso).

Na formulação 13, as expressões em negrito, quais sejam: “teve cinco namorados”, “é festeira, reúne-se no restaurante Piantella com seus colegas do DEM, para discutir a semana, jantar e tomar meia garrafa do vinho argentino Catena Zapata”, “recebe amigos em casa”, “frequenta as festas na casa do senador Demóstenes Torres”, indicam que as revistas de informação, a exemplo de *Veja*, funcionam como vitrine da vida social e expõem a intimidade de homens e mulheres que atuam no poder político, e neste caso de algumas que atuam nas esferas de poder político, alimentando a chamada sociedade do espetáculo<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Sobre o tema ver o livro *A Sociedade do Espetáculo*, publicado em 1967, por Guy Debord.

Podemos relacionar a exposição da intimidade e da vida privada ao que Courtine (2006) denomina personalização da esfera pública. O autor vê nas mídias a razão essencial do desenvolvimento das políticas da vida privada que, para ele, são anteriores e tomam seu sentido “num lento processo de personalização da esfera pública, no qual os aspectos são diversos e os signos numerosos, desde o século XIX, para nos limitarmos a uma história relativamente próxima” (p. 131). Explica que o homem público se dirige diretamente a cada um, sob a forma de uma conversa privada. Para o autor, o equilíbrio entre esfera pública e vida privada oscila. Em suas palavras, “a fronteira que, até o século XVIII, delimitava os dois domínios tende a se tornar menos distinta, toda a vida pública é pouco a pouco absorvida pelo espetáculo do eu e todas as relações sociais se psicologizam.” (p. 133). Acrescenta que “tornou-se uma regra política maior desviar a atenção pública das ações ou das posições políticas para absorvê-las inteiramente nas intenções morais, na exibição das trações psicológicas de sua personalidade” (p. 134).

No inciso X, do art. 5º, da Constituição Federal do Brasil consta que a intimidade e a vida privada das pessoas são direitos fundamentais dos cidadãos que não podem ser violados: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. A mídia, no entanto, ao discursivizar sobre as relações pessoais e afetivas, a exemplo do que mostra a rede de formulações de 1 a 13, funciona como um lugar de memória que revela a vida íntima e privada de figuras públicas. Podemos pensar os sentidos dessas formulações como efeitos de memória, que sustentam e ancoram o dizer no eixo das formulações.

Considerando, pois, que a percepção social de que a invasão à intimidade e à vida privada constitui, atualmente, uma vontade social legítima de conhecer a vida de todos, os meios de comunicação, a exemplo de *Veja*, ao discursivizar sobre as relações pessoais e afetivas das pessoas, que têm atuação nas esferas de poder ou não, funcionam como um dos violadores da intimidade e da vida privada.

### ***2.3.2 Mulher política e intimidade: lar, marido e filhos***

As formulações apresentadas neste subtópico indicam que a revista *Veja*, ao discursivizar sobre Rosinha Garotinho, ex-governadora do Rio de Janeiro, materializa uma posição de sujeito em que há mulheres que atuam nas esferas do poder político, mas

são despreparadas e limitadas à esfera privada do lar e à sua própria intimidade, como pode ser observado nas formulações a seguir:

- 14) Poderia parecer forçado, mas Rosinha está em seu hábitat. Cultiva a imagem de **mulher simples, cuja maior realização não foi nenhuma grande obra – só ocupou um cargo público, no governo do marido, é claro –, mas sim um casamento que já dura duas décadas e lhe deu nove filhos, cinco deles adotivos** (*Veja*, 4 de setembro de 2002, p. 45) (Grifo nosso).
- 15) **Desde sua posse, a governadora vem demonstrando uma preocupante falta de preparo para arcar com o peso do cargo que ocupa.** (*Veja*, 30 de abril de 2003, p. 43) Grifo nosso).
- 16) Até agora, o ex-governador evitava aparecer no Palácio Guanabara, para não tornar ainda mais clara sua óbvia influência no governo. **A atitude de Rosinha vem na contramão da importância que as mulheres têm assumido na cena brasileira.** (*Veja*, 30 de abril de 2003, p. 43) Grifo nosso).
- 17) Por mais competente que Garotinho possa se demonstrar como secretário, **o que fica é a impressão de fragilidade e falta de preparo de Rosinha para lidar com a grave crise do Estado. "Parece o tempo em que as mulheres não sabiam o que era um estepe e gritavam pelo marido quando furava o pneu do carro"**, ironiza o deputado federal Chico Alencar, do PT fluminense. A governadora tem outra visão sobre o papel da mulher. (*Veja*, 30 de abril de 2003, p. 43) Grifo nosso).
- 18) Para justificar a escolha da pessoa que será responsável por enfrentar a mais grave crise do Estado, proferiu a frase lapidar: **"Estou colocando na secretaria o que tenho de mais importante na vida: meu marido"**. (*Veja*, 30 de abril de 2003, p. 43) Grifo nosso).
- 19) **Apaixonada pelo marido, tem nele e nos nove filhos – cinco dos quais adotados – sua maior realização.** (*Veja*, 30 de abril de 2003, p. 43) Grifo nosso).
- 20) **E não vê nada de mais em transportar esse mundo familiar para o governo.** *Veja*, 30 de abril de 2003, p. 43) Grifo nosso).
- 21) Assim como **suspende a agenda para ir comprar material escolar para os filhos.** (*Veja*, 30 de abril de 2003, p. 43) Grifo nosso).
- 22) **admite que chorou a noite inteira depois de quase ser agredida por funcionários públicos em greve, ela trata o marido pelo apelido de "Bolinha" mesmo em reuniões formais.** (*Veja*, 30 de abril de 2003, p. 43) Grifo nosso).

- 23) **Anthony Garotinho, que governou o Estado de 1999 a 2002, intervém em questões vitais e não há decisão em nenhum setor em que ele deixe de ser ouvido pela governadora. Mas, como ocorre na imensa maioria dos lares brasileiros, a dona da casa conseguiu imprimir seu estilo pessoal na coabitação administrativa que mantém com o marido.** (*Veja*, 21 de julho de 2004, p. 47) Grifo nosso).
- 24) No início do mandato de Rosinha, no ano passado, a máquina pública atravessava uma crise, com atraso no pagamento do 13º dos servidores. **Garotinho – que àquela época nem cargo de secretário tinha – reunia-se quase diariamente com os dois homens fortes das secretarias de Finanças e Receita do Estado, Henrique Bellucio e Mario Tinoco, dando ordens e pedindo relatórios. Todas as articulações políticas, inclusive para nomeações nos diversos escalões do governo, também passaram, e ainda passam, pelo secretário.** (*Veja*, 21 de julho de 2004, p. 47) Grifo nosso).
- 25) Na gestão de Garotinho, **quando Rosinha ocupava o cargo de secretária de Ação Social, ela também não tinha constrangimento em dar opinião sobre problemas em qualquer área.** Fazia isso na frente dos titulares de outras pastas (*Veja*, 21 de julho de 2004, p. 48) Grifo nosso).
- 26) Já Rosinha, de 41 anos, **demonstra pouco apetite para uma outra aventura eleitoral.** Tem dito a amigos que só **decidiu se candidatar por insistência do marido** e que não vê a hora de voltar a **cuidar dos filhos em tempo integral.** (*Veja*, 21 de julho de 2004, p. 48) Grifo nosso).
- 27) Para ficar perto do mais novo, David, de 5 anos, ela chega a despachar no Palácio Laranjeiras, residência oficial, em vez de no Palácio Guanabara, sede do governo. **Para ela, na política, um Garotinho só é suficiente.** (*Veja*, 21 de julho de 2004, p. 48) Grifo nosso).

As expressões em destacadas em negrito nas formulações acima indicam que: a) a mulher política Rosinha não tem competência para atuar na esfera do poder político, portanto na esfera pública, como pode ser observado nas formulações 15, 17 e 22; b) os interesses da mulher política Rosinha são de cunho da esfera privada, ou seja, da administração do lar e da família, do cuidado do marido e dos filhos, sendo a família, isto é, casamento e filhos, sua maior realização, como pode ser observado nas formulações 14, 19 e 26; c) a mulher Rosinha confunde as esferas privada e pública, como pode ser verificado nas formulações 18, 20, 21, 22, 23, 25 e 27; d) o marido da governadora é quem governa a polis, mesmo ela ocupando o cargo, como indicam os trechos destacados nas formulações 23 e 24.

As formulações de 14 a 24 fazem parte da rede de memória discursiva sobre a atuação de Rosinha na esfera pública e indicam que a governadora coloca em primeiro lugar seu papel de mãe e esposa, pois prefere “cuidar dos filhos em tempo integral”, deixando em segundo plano sua atuação política, ou sua atuação na vida pública. A sua candidatura ao governo foi para atender a um pedido do marido, para agradá-lo.

A posição de sujeito assinalada nessas formulações indica, ainda, que algumas mulheres que atuam nas esferas do poder político são despreparadas e limitadas à esfera privada do lar e à sua própria intimidade e agem na contramão da luta realizada pelas mulheres no cenário brasileiro, como pode ser observado nas expressões em negrito das formulações 16 e 17. Se considerarmos que as mulheres têm lutado pela representação política feminina, recusando serem vistas apenas como mãe e esposa, Rosinha age na contramão dessa luta, pois é discursivizada nas reportagens selecionadas como uma mulher incompetente e despreparada para a política, que precisa do marido para tomar decisões e resolver questões governamentais.

Ressaltamos que a política no primeiro modelo de democracia era uma atividade restrita ao mundo masculino. A inserção da mulher é recente e ocorre lentamente de acordo com as condições de possibilidade ou de existência, no sentido de Foucault ([1969] 2000). Por isso, apesar de estarem migrando para o público, algumas mulheres atuam nas esferas de poder político, mas não se subjetivam nesse lugar, a exemplo de Rosinha, como observamos na discursivização de *Veja*.

Para explicar como são produzidos os processos de subjetivação, Foucault (1976) utiliza a noção de *técnicas de si* ou modos de relação do sujeito consigo mesmo. Como mostra Foucault (1984), o tema do cuidado de si, ou mais exatamente do *ocupar-se consigo mesmo*, aparece no diálogo *Alcibiades* de Platão associado à questão do exercício do poder político pelos jovens atenienses de origem nobre. Ao questionar a autoridade conferida aos governantes pelo simples pertencimento aristocrático ou fortuna, Platão pergunta quem deveria ser o governante e quais habilidades deveria possuir. O deslocamento da questão política para o cuidado de si ocorre quando Sócrates sustenta a necessidade de ocupar-se consigo mesmo para governar os outros.

Entre as *técnicas de si*, destacamos o procedimento da confissão, a partir do qual o sujeito enuncia-se, o que podemos observar no trecho em negrito da formulação 18: **"Estou colocando na secretaria o que tenho de mais importante na vida: meu marido"**. O autor entende por confissão todos os procedimentos pelos quais se incita o

sujeito a produzir um discurso de verdade sobre si mesmo “que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito” (1976, p. 264). A estes procedimentos ele chama de procedimentos de extorsão da verdade, por isso, defende que as relações de poder são produtivas e que os efeitos de poder estão ligados à produção de verdade.

Nessa perspectiva, os indivíduos, no procedimento da confissão, enunciam-se como criadores de seus ditos, mas o que é enunciado não é apenas resultado de uma prática individual, ou seja, é o que o regime discursivo permite. Enunciações como as de Rosinha Garotinho estão inscritas num regime discursivo em que se encontram práticas de constituição do sujeito mulher, ou seja, indicam um dos lugares em que a mulher pode se subjetivar. Assim, na confissão sobre a relação trabalho e família ou maternidade e carreira profissional, identificamos o discurso segundo o qual o trabalho é prejudicial à prática materna. Nesse discurso, a mulher mãe não pode governar os outros e não tem competência para atuar na esfera pública ou na política. Na memória discursiva em que se insere o conjunto de formulações analisadas neste subtópico, esse discurso, no sentido de Foucault ([1969] 2000), para quem os discursos são raros, é repetido, atualizado, mas também transformado, como mostraremos no capítulo 3.

### ***2.3.3 Mulher política e intimidade: estilo- visual-beleza***

A terceira posição de sujeito identificada nas formulações é a posição que indica que a mulher é reconhecida e valorizada pelo estilo-visual-beleza.

A discursividade de *Veja* sobre a deputada Rita Camata centra-se nessa posição, como podemos ver nas formulações a seguir:

27) **Desde a época em que ajudava os pais a colher café na minúscula Venda Nova do Imigrante, no interior do Espírito Santo, Rita Camata já destoava da paisagem.** Filha gêmea de um agricultor que não chegou a completar o curso primário, **ia para a roça com figurino de princesa – e fazia questão de combinar o lenço da cabeça com o vestido** (*Veja*, 29 de maio de 2002, p. 40) (Grifo nosso).

28) **Já nesse tempo era linda, e a mais vaidosa dos nove filhos, segundo a mãe, Anidis Paste. "Se tivesse 500 espelhos em casa, não dariam conta de Rita"**, (*Veja*, 29 de maio de 2002, p. 40) (Grifo nosso).

29) No colégio, **nunca foi aluna brilhante.** Em compensação, contam ex-colegas, **não havia quem a vencesse na ousadia do decote e no**

**comprimento da saia, "a mais curta de toda Venda Nova", lembra um deles. A política estava então a galáxias de distância: Rita, ex-Miss Simpatia e ex-Rainha dos Estudantes, queria ser modelo** (*Veja*, 29 de maio de 2002, p. 40) (Grifo nosso).

- 30) Jovem e bonita, Rita Camata é uma sacada de marketing para atrair o voto do eleitorado feminino, que tanto ajudou a vitaminar a finada candidatura da ex-governadora Roseana Sarney, do Maranhão. **Com seu belo sorriso, olhos azul-esverdeados e cabelos louros, Rita representaria, segundo a ótica marquetológica dos tucanos, uma suavização da chapa de José Serra. É uma escolha acima de tudo estética** (*Veja*, 29 de maio de 2002, p. 38) (Grifo nosso).

As expressões em destaque nas formulações 27, 28, 29 e 30 indicam que: a) Rita Camata sempre foi bela e interessava-se por assuntos que dizem respeito à estilo-beleza-visual, b) Rita tinha destaque pela beleza e não pela inteligência; c) o primeiro potencial da mulher é estético; d) o potencial estético de Rita Camata atrai voto feminino. No sentido de Foucault (1984), podemos dizer que as questões ligadas a estilo-beleza-visual estão ligadas a experiências e técnicas por meio das quais os sujeitos se reconhecem e se afirmam como sujeitos. As técnicas de si, tais como apresentadas por pelo autor, conforme Fonseca-Silva (2003; 2007a), não são dissociadas do cuidado de si; são esquemas que o sujeito encontra na cultura e que lhe são sugeridos, propostos ou impostos pela sociedade nas diferentes épocas.

Na discursivização de *Veja* sobre Marta Suplicy, essa mesma posição também foi identificada, como pode ser observado nas seguintes formulações a seguir:

- 31) **Mesmo com a agenda entupida de compromissos, a prefeita consegue manter seu guarda-roupa atualizado com o que o mundo da moda oferece de melhor. Isso sem falar no cabelo sempre arrumado, na maquiagem perfeita, o que só realça seus olhos azuis. O resultado final é tão bom que parece até uma provocação para as mulheres que apenas fazem o roteiro cabeleireiro-shopping Center** (*Veja*, 27 de março de 2002, p. 51-53) (Grifo nosso).

- 32) **Na semana passada, o estilo Marta fez sucesso na noite de seu aniversário de 57 anos. [...] Com brincos de pedras brasileiras, presente do namorado franco-argentino Luis Favre, e um vestido longo de crepe, em tons de pink e vermelho, Marta foi a estrela da noite** (*Veja*, 27 de março de 2002, p. 51-53) (Grifo nosso).

- 33) **A certa altura, o presidenciável Lula fez um discurso sobre o eterno charme da prefeita. Enquanto a ala feminina buscava**

**inutilmente algum defeito em seu visual, os homens presentes à festa concordaram: Marta já é a política brasileira mais exuberante de todos os tempos.** Não tem para ninguém (*Veja*, 27 de março de 2002, p. 51-53) (Grifo nosso).

- 34) **A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, do PT, é reconhecida pela exuberância de seu guarda-roupa, um dos mais vistosos e caros do país, e em geral admirada, pelos que nem de longe podem se vestir como ela,** por comparecer sempre impecavelmente trajada à periferia pobre da metrópole que administra [...] cabelos loiros presos em coque [...]. (*Veja*, 11 de fevereiro de 2004, p. 55) (Grifo nosso).

As expressões assinaladas em negrito nas formulações 31, 32, 33, 34 e 35 indicam que Marta tem destaque também pelo seu estilo-visual-beleza. Ao tratar da temática *Corpo, beleza, saúde: do cuidado de si ao prazer de si*, Fonseca-Silva (2003; 2007a, p. 232) afirma que na Antiguidade Grega e, depois, no Renascimento, “o corpo se impõe como fonte de inspiração artística”, mas que, a partir da década de 60 do século XX, passou a funcionar como “o material sob o qual a arte se impõe e se expressa”. Conforme a autora, o cuidado com o corpo, tanto por homens quanto por mulheres, sempre esteve presente nas civilizações, ou seja, “as práticas por meio das quais os indivíduos se reconhecem como sujeitos que governam seu corpo constituem-se como um dispositivo de sujeição milenar”.

Dessa forma, ao discursivizar que, apesar de ter agenda lotada de compromissos como mulher que atua nas esferas do poder político, Marta tem governo ou cuida do seu corpo, *Veja* não a desqualifica, visto que, como nos mostra Fonseca-Silva (2003; 2007a), o corpo sempre funcionou como materialidade simbólica de significação para *si* e para o *outro*, o que justifica o estilo-visual-beleza de Marta chamar atenção de homens e mulheres de diferentes classes sociais, como indicam as expressões em negrito das formulações de 31 a 34.

Essa posição de sujeito materializa-se, ainda, em formulações sobre outras mulheres políticas que atuaram nas esferas do poder político no período selecionado, a exemplo de Benedita da Silva, Manuela d’Ávila, Maria do Rosário, Luciana Genro, Kátia Abreu e Cristiane Brasil:

- 35) **Os penteados afros são outra marca da governadora.** A cabeleireira Dai, também há anos com Benedita, teve de dormir na casa da governadora na véspera da posse. **Tudo em nome da**

**beleza** (*Veja*, 17 de abril de 2002, p. 76) (Grifo nosso).

- 36) No primeiro turno, a verdadeira refrega em Porto Alegre se dá no campo feminino. Três candidatas de perfil semelhante disputam uma vaga no segundo turno contra o prefeito José Fogaça, do PMDB, à frente nas pesquisas. **Elas são esquerdistas, deputadas e reverenciadas como musas de sua agremiação. A bela Maria do Rosário, do PT, está em segundo lugar, empatada com Manuela d'Ávila, uma espécie de Maria do Rosário catorze anos mais nova.** [...] Em quarto lugar está **Luciana Genro, do PSOL, que fez escova e caprichou na maquiagem.** (*Veja*, 1º de outubro de 2008, p. 110) (Grifo nosso).
- 37) Kátia Abreu, eleita pelo Democratas do Tocantins, é fazendeira, rica e tão vistosa que, aos 45 anos, foi apelidada pelos colegas de Ivete Sangalo do Senado. **O figurino da senadora inclui meias pretas rendadas, largos brincos de argola e sapatos vermelhos de salto altíssimo** (*Veja*, 19 de dezembro de 2007, p. 84-85) (grifo nosso).
- 38) Outro flagrante da memorável quarta-feira passada capturou o **movimento das alcinhas errantes do vestido da vereadora Cristiane Brasil, 30 anos**, filha do ex-deputado Roberto Jefferson. Apesar da solenidade do momento – afinal, papai estava sendo cassado com a teatralidade de costume –, **Cristiane considerou o figurino perfeitamente adequado. Ex-triatleta, faixa preta de caratê, Cristiane faz esteira e musculação todo dia, usa uma coleção de cremes e considera os cabelos um verdadeiro "patrimônio" – quanto ao outro patrimônio, revelado pelo decotão, é tudo natural, informa.** (*Veja*, 21 de setembro de 2005, p. 87) (grifo nosso).

Assim como as formulações de 31 a 34, as expressões em negrito nas formulações de 35 a 38 indicam que há uma relação direta entre aparência e autoestima de algumas mulheres que atuam nas esferas do poder político. Fonseca-Silva (2003; 2007a) argumenta que, na cultura do espaço íntimo e no processo de ressignificação do corpo, amar a si mesmo cuidando do corpo para agradar a si e aos outros se tornaram atitudes legítimas. E essas atitudes são legítimas para homens e mulheres.

Perrot (1998) argumenta que o primeiro poder da mulher é estético e a beleza adquire objetivos diferenciados nas diferentes épocas. Para a autora, no espaço público, as mulheres têm quase um dever de beleza. Dessa forma, se para os gregos antigos, a beleza funcionava como um instrumento feminino de poder na vida privada, como condição para que a mulher continuasse a ser objeto de desejo para seu marido e de não ser suplantada por outra, observamos que nas formulações de 31 a 38, portanto, a mulher

é significada como objeto estético de admiração e sedução e usa seu poder estético também como armas nas disputas de espaço político.

Considerando que no mundo contemporâneo, como argumenta Fonseca-Silva (2003; 2007a), a significação da beleza é deslocada e as práticas de embelezamento do corpo objetivam a obtenção de beleza, saúde, prazer e bem-estar, o dever de beleza para as mulheres está presente também na política e ajuda a definir quem tem menos ou mais visibilidade na mídia.

No jogo da memória discursiva em que se encontram as formulações apresentadas, as mulheres políticas subjetivam-se em posições ligadas a intimidade e a vida privada. Com Grossi e Miguel (2001), salientamos, entretanto, que as tensões existentes na tentativa de conciliar a carreira política e a vida familiar e pessoal indicam que a dicotomia entre público e privado é um ponto central com o qual as mulheres se defrontam no cotidiano, mostrando que estes espaços estão em permanente relação.

Ressaltamos, ainda, que não podemos afirmar que o lugar da intimidade e da vida privada se constitui como um lugar destituído de poder-saber. No sentido postulado por Foucault (1984), as mulheres não têm o poder, mas “poderes” que se manifestam na vida pública e na vida privada. Esses poderes que se manifestam na vida privada são exercidos, por exemplo, nas relações pessoais e afetivas, nas relações com o marido e os filhos, no governo ou no cuidado do corpo. Esse poder pode ser privado, familiar, materno, edificado a partir de uma moral doméstica, mas não deixa de ser um poder.

## **2.4 Considerações finais**

Segundo Foucault ([1969] 2000), em um domínio de memória ou campo associado, as formulações são ligadas a enunciados “em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica” (p. 64). Nesse capítulo, analisamos trinta e oito formulações linguísticas e identificamos três posições de sujeito e, portanto, três enunciados relacionados à intimidade e à vida privada de algumas mulheres que atuam nas esferas de poder político.

Os resultados das análises das formulações de 1 a 38 sobre algumas dessas mulheres que atuam nas esferas de poder político indicam que a mídia, a exemplo do semanário *Veja*, contribui para que certos sentidos sejam legitimados e atualizados e, conseqüentemente, no jogo entre lembrança e esquecimento, alguns sentidos são

reforçados e outros silenciados. A lembrança é entendida aqui, no sentido de Halbwachs (1925), não como um ato individual de recordar, mas o resultado de laços de solidariedade; como tal, só pode existir porque foi constituída em toda a vida material e moral das sociedades das quais fazemos ou fizemos parte. Na mesma perspectiva, o esquecimento faz parte do processo de constituição social, uma vez que a memória é compreendida a partir de um processo seletivo que envolve tanto o lembrar quanto o esquecer.

Podemos dizer, portanto, que no mundo contemporâneo, o lugar da esfera pública tem um funcionamento distinto, devido à anulação da segregação entre esfera pública e privada e à entrada da mulher nesse espaço, uma vez que não se trata mais de um espaço masculino, em que só os homens exerciam a cidadania. Dessa forma, no domínio de memória do qual faz parte o conjunto de formulações de 1 a 38, alguns enunciados, no sentido de Foucault ([1969] 2000), são repetidos e atualizados. Mas, se há enunciados que se repetem e reforçam alguns sentidos sobre mulheres que atuam nas esferas de poder político, novos enunciados surgem para desestabilizar e perturbar toda a rede de memória, como mostraremos no capítulo 3.

### **3 MEMÓRIA DISCURSIVA E VIDA PÚBLICA DE MULHERES QUE ATUAM NAS ESFERAS DO PODER POLÍTICO**

#### **3.1 Considerações iniciais**

Nesse capítulo, analisamos um conjunto de formulações retiradas de reportagens sobre mulheres políticas que representam a inserção, com sucesso, da mulher no campo político, a exemplo de: *Heloisa Helena, Roseana Sarney, Kátia Abreu, Cláudia Costin, Eliana Calmon e Dilma Rousseff*. A discursivização sobre essas mulheres na mídia, e aqui especificamente em *Veja*, não diz respeito à intimidade ou à vida privada, mas à atuação dessas mulheres nas esferas de poder político.

Nas formulações analisadas neste capítulo, identificamos, na discursivização de *Veja*, posições de sujeito que indicam que algumas mulheres que atuam nas esferas de poder político se subjetivam: a) como mulheres de personalidade forte, competentes e comprometidas; b) como mulheres herdeiras do poder oligárquico no Brasil; c) como mulheres com trajetória na militância política e na luta armada.

Na análise das formulações que selecionamos para trabalhar neste capítulo, mobilizamos o conceito de efeito metafórico tal como postulado pela Análise de Discurso e apresentado em Fonseca-Silva (2009b) para analisarmos alguns processos parafrástico-polissêmicos estabelecidos entre as expressões destacadas em negritos nas formulações de 39 a 77.

#### **3.2 Efeito metafórico: processos parafrásticos e polissêmicos**

Pêcheux ([1969] 1997) define efeito metafórico como efeito semântico por um deslizamento de sentido numa distância entre X e Y. Para ele, “não se passa necessariamente de uma sequência discursiva a outra apenas por uma substituição, mas as duas sequências estão, em geral, ligadas uma à outra por uma série de efeitos metafóricos” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 99). Nesse sentido, a metáfora não funciona nem como comparação e nem como desvio, mas como transferência que se dá num processo contínuo de deslizamentos, por meio dos quais se pode chegar tanto ao lugar da interpretação quanto ao lugar da historicidade. Isto significa que palavras, expressões etc. não significam por si só e que não há sentido sem metáfora, pois o sentido se delinea

sempre na relação que uma palavra ou uma expressão têm com outra palavra ou outra expressão.

O efeito metafórico, conforme o autor, assenta-se na tensão entre processos parafrásticos (o mesmo) e polissêmicos (o diferente). A paráfrase figura como reformulação ou como atividade efetiva de reformulação. A polissemia, por sua vez, contrapõe-se à paráfrase e joga permanentemente com o equívoco, sendo definida como o deslocamento, como a ruptura na continuidade perpetrada pela paráfrase, como a solução de continuidade no processo de significação, mantida pela paráfrase. A polissemia caracteriza-se pela emergência do diferente e, portanto, da multiplicidade de sentidos no discurso, e pode ser percebida em diferentes situações de discursividade.

A tensão existente entre os processos parafrásticos e polissêmicos permite tanto a continuidade quanto a ruptura, mas como argumenta Orlandi (2001), em todo dizer há algo que se mantém e, ao mesmo tempo, direciona-se para novos sentidos, como mostramos nas análises a seguir, como base em Fonseca-Silva (2009b).

### ***3.2.1 Mulheres de personalidade forte, competentes e comprometidas***

As formulações retiradas de reportagens de *Veja* que analisamos neste tópico indicam que mulheres que atuam nas esferas do poder político, a exemplo de Heloisa Helena, Kátia Abreu, Cláudia Costin, Roseana Sarney, Eliana Calmon, são reconhecidas pela personalidade forte, pela competência e pela dedicação.

No que tange à Heloisa Helena, encontramos várias formulações que dizem respeito à sua carreira política, como podemos ver a seguir:

- 39) Tenho um limite ético para aceitar essa aliança em Alagoas", dizia a senadora na época e, com sua **língua afiada** (Veja, 02 de julho de 2003) (Grifo nosso).
- 40) Graças a seu **estilo aguerrido**, dois anos depois tornou-se **líder do bloco de oposição ao governo FHC** no Senado (Veja, 23 de outubro de 2002, p. 42) (Grifos nossos).
- 41) A senadora petista Heloísa Helena **é uma das principais estrelas da tendência radical Democracia Socialista**. (Veja, 23 de outubro de 2002, p. 42) (Grifo nosso).
- 42) A senadora Heloísa Helena já **comprou briga** com o colega Antonio Carlos Magalhães, **chamou o ex-senador Luiz Estevão de "riquinho ordinário"** e foi vista emboscando o ex-ministro

**José Serra** em um corredor do Congresso. (*Veja*, 29 de janeiro de 2003, p. 11) (Grifos nossos)..

- 43) Heloísa Helena é uma **incendiária na tribuna** (*Veja*, 29 de janeiro de 2003, p. 11) (Grifo nosso).
- 44) Agora, **a mais radical das vozes petistas no Senado está pronta para enfrentar o seu próprio partido** (*Veja*, 29 de janeiro de 2003, p. 11) (Grifos nossos).
- 45) Cita em detalhes todo o regimento da Casa sempre que **resolve brigar pelo uso da palavra**. (*Veja*, 7 de junho de 2006, p. 69) (Grifos nossos).
- 46) Candidata **arretada** (*Veja*, 7 de junho de 2006, p. 69) (Grifos nossos).
- 47) Em dezembro de 2003, Heloísa Helena tornou-se a primeira senadora expulsa do PT, depois de **ter desafiado publicamente** o então poderoso ministro José Dirceu, **protestado alto e bom som contra a indicação de Henrique Meirelles** para a presidência do Banco Central e **desobedecido sistematicamente às orientações da sua bancada** (*Veja*, 7 de junho de 2006, p. 68) (Grifos nossos).
- 48) Ejetada da sigla que ajudou a construir, **tornou-se a primeira mulher a fundar um partido no Brasil, o PSOL** (*Veja*, 7 de junho de 2006, p. 68) (Grifo nosso).
- 49) Agora, com a oficialização de sua candidatura à Presidência da República, na semana passada, ela **se torna a primeira mulher no país a concorrer ao cargo por um partido estruturado** (*Veja*, 7 de junho de 2006, p. 68) (Grifo nosso).
- 50) Heloísa Helena é a **primeira mulher de expressão a concorrer à Presidência no Brasil** (*Veja*, 7 de junho de 2006, p. 68) (Grifo nosso).
- 51) No Senado, onde está há oito anos, **Heloísa Helena emenda um compromisso atrás do outro** (*Veja*, 7 de junho de 2006, p. 69) (Grifo nosso).
- 52) **Integra cinco comissões e faz pronunciamentos ou apartes em quase todas as sessões no plenário** (*Veja*, 7 de junho de 2006, p. 69) (Grifo nosso).
- 53) **Disciplinada, sabe de cor quase todo o regimento da Casa** (*Veja*, 7 de junho de 2006, p. 69) (Grifo nosso).

Nas formulações de 39 a 53, destacamos algumas expressões que indicam a relação parafrástica existente entre as formulações e agrupamos em cinco itens, quais sejam:

(a)

**língua afiada**  
  
**estilo aguerrido**  
  
**arretada**  
  
**incendiária na tribuna**  
  
**a mais radical das vozes petistas**

(b)

**comprou briga**  
  
**chamou o ex-senador [...] de**  
**"riquinho ordinário"**  
  
**foi vista emboscando o**  
**ex-ministro José Serra**  
  
**está pronta para enfrentar**  
**o seu próprio partido**  
  
**resolve brigar pelo uso da palavra**

(c)

**desafiado publicamente o então  
poderoso ministro José Dirceu**



**protestado alto e bom som contra a  
indicação de Henrique Meireles**



**desobedecido sistematicamente às  
orientações da sua bancada**

(d)

**líder do bloco de oposição ao governo**



**uma das principais estrelas da  
tendência radical Democracia Socialista**



**primeira mulher a fundar um  
partido no Brasil, o PSOL**



**primeira mulher de expressão a  
concorrer à Presidência no Brasil**



**primeira mulher no país a concorrer  
ao cargo por um partido estruturado**

(e)

**emenda um compromisso  
atrás do outro**



**Integra cinco comissões e faz  
pronunciamentos ou apartes em  
quase todas as sessões no plenário**



**sabe de cor quase todo o  
regimento da Casa**

As expressões destacadas em negrito e apresentadas nos itens (a), (b) e (c) estão em relação de paráfrase e indicam o mesmo sentido, qual seja Heloisa Helena é uma mulher destemida de personalidade política e temperamento fortes; tem estilo polêmico, direto e combativo e desafia colegas que também atuam nas esferas de poder político para defender as causas em que acredita. O jogo parafrástico pode ser observado também entre as expressões apresentadas no item (d) que indicam que, além de ser desmedida, ter personalidade e temperamento fortes, Heloisa Helena é uma mulher de liderança política; e as expressões apresentadas no item (e) mostram que é disciplinada, dedicada ao trabalho, responsável e comprometida na atuação política.

No conjunto de formulações e reformulações acima, observamos que *Veja*, ao discursivizar sobre Heloisa Helena, coloca-a num lugar de destaque no campo político, num lugar de quem alcança espaço e reconhecimento pela coragem e capacidade de atuar nas esferas de poder político.

Em se tratando de Kátia Abreu, na discursivização de *Veja*, ela é apresentada como uma mulher de personalidade forte e combativa na sua atuação nas esferas do poder político.

54) Nomeada relatora da proposta de emenda da CPMF, **produziu relatório estrepitoso propondo a extinção do tributo** (antiga bandeira do seu partido), **passou a semana rodando o Senado com o documento debaixo do braço à caça de votos contrários ao imposto e montou até uma instalação no salão de café dos senadores, destinada a chamar atenção para a causa:** uma árvore de Natal decorada com lembretes mostrando quanto representam os impostos no preço de alguns produtos. **Não foi a única briga em que a senadora se meteu.** Como titular da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Kátia **já bateu boca com o senador Aloizio Mercadante (a quem só chama de "Merapedante") e com outra estrela petista, a senadora Ideli Salvatti, que a acusou de ser condescendente com o trabalho escravo.** (*Veja*, 19 de dezembro de 2007, p. 84-85) (Grifos nossos).

As expressões em negrito destacadas da formulação 54 estão agrupadas em relação de paráfrase nos itens (f) e (g):

- (f) **produziu relatório estrepitoso  
propondo a extinção do tributo**



**passou a semana rodando o Senado  
com o documento debaixo do braço à  
caça de votos contrários ao imposto**

- (g) **Não foi a única briga em  
que a senadora se meteu.**



**bateu boca com o senador  
Aloizio Mercadante (...) e com  
[...] a senadora Ideli Salvatti**

No jogo parafrástico que ocorre nas reformulações apresentadas em (f) e (g), Kátia Abreu aparece também como uma mulher de personalidade forte, destemida, determinada, decidida e capaz de lutar pelos seus ideais e pelas causas em que acredita.

As formulações que apresentamos em 55 e 56 referem-se a Cláudia Costin, do governo FHC:

55) **Com dois filhos e dois casamentos**, Cláudia Costin nasceu em São Paulo, filha de pai romeno e mãe húngara. Em casa, seus pais só falavam francês, e essa foi sua primeira língua. Com o **perfil tradicional da mulher executiva**, ela se mantém longe da cozinha, diz que **não liga para roupas da moda**, limitando-se a vestir a **indumentária clássica do tailleur**, e é **viciada em trabalho**. **Chega a dar expediente de até catorze horas por dia**, mas **não carrega papelada para casa**. Lá, **dedica-se ao marido**, [...], e seu **filho mais novo**, Maurício, de 8 anos. Para ver o filho, sempre evita **marcar compromissos para depois das 8 horas da noite**. Apaixonada por clássicos do cinema e livros, **seu lazer é aboletar-se na cama com o marido e o filho para leituras coletivas**. (*Veja*, 1 de julho de 1998, p.48) (Grifos nossos).

56) **Única ministra do governo FHC**, Cláudia Costin, 42 anos, **nunca foi vítima de assédio sexual** [...]. Mas **ressalta que assédio existe**, é **pouco denunciado e precisa ser combatido**. Com essa convicção, **resolveu agir: há duas semanas, anunciou que todos**

os cursos de preparação do funcionalismo iriam discutir o tema. A medida já foi posta em prática, confirmando a **fama de mulher decidida e cumpridora** dessa *ex-militante de esquerda*, que pregava a revolução armada, agora se define como social-democrata e afixou a guilhotina que cortou a cabeça de funcionários públicos incompetentes. Mãe de uma jovem de 18 anos e de um menino de 8, a ministra da Administração Federal e Reforma do Estado luta para conciliar profissão e família, tenta pôr o filho para dormir todas as noites e acha que a vida da mulher que trabalha fora é difícil. (*Veja*, 16 de setembro de 1998, p. 11) (Grifos nossos).

Em 55 e 56, as expressões destacadas em negrito indicam cinco grupos parafrásticos e polissêmicos, a saber:

(h)

**dois filhos e dois casamentos**



**Mãe de uma jovem de 18 anos  
e de um menino de 8**



**dedica-se ao marido, [...] e seu filho mais novo**



**tenta pôr o filho para  
dormir todas as noites**



**luta para conciliar  
profissão e família**



**não carrega papelada para casa**



**evita marcar compromissos para  
depois das 8 horas da noite.**



**acha que a vida da mulher  
que trabalha fora é difícil.**

- (i)  
**perfil tradicional da mulher executiva  
 se mantém longe da cozinha**



**não liga para roupas da moda,  
 limitando-se a vestir a indumentária  
 clássica do tailleur**

- (j)  
**é viciada em trabalho**



**Chega a dar expediente de  
 até catorze horas por dia**

- (l)  
**fama de mulher  
 decidida e cumpridora**



**Única ministra do governo FHC**



**nunca foi vítima de assédio sexual  
 [...]. ressalta que assédio existe,  
 é pouco denunciado e  
 precisa ser combatido.**



**resolveu agir [...] anunciou que todos  
 os cursos de preparação do  
 funcionalismo iriam discutir o tema.**

(m)

**ex-militante de esquerda****pregava a revolução armada****se define como socialdemocrata****afiou a guilhotina que cortou a cabeça  
de funcionários públicos incompetentes.**

As expressões destacadas em relação de paráfrase e polissemia no grupo (h) indicam que Cláudia Costin se subjetiva como sujeito que atua nas esferas do poder político, mas também como mãe e esposa, que enfrenta o desafio de conciliar profissão e família. Embora ache difícil, mostra uma competência peculiar a algumas mulheres que se dividem entre a família e o trabalho, ao dar conta de dupla ou tripla jornada.

O jogo parafrástico e polissêmico entre as expressões de (i) e (j) indica que Cláudia Costin é mulher que se subjetiva como uma política competente, decidida, dedicada ao trabalho, defensora dos direitos das mulheres; e entre as expressões de (m) que é uma mulher que luta pelos ideais políticos e que tanto como militante de esquerda quanto como Social-democrata tem atitude e “guilhotina” quem não leva o serviço público a sério.

Outra mulher que atua nas esferas do poder político e que aparece na discursivização de *Veja* como política de personalidade forte, competente e comprometida é Roseana Sarney, como pode ser observado nas formulações a seguir:

57) [...] **não faz declarações de cunho feminista**. "Eu não tenho vocação para mártir". *Veja*, 2 de fevereiro de 2000, p. 40) (grifo nosso).

58) [...] **seu ideário é pouco visível e suas posições são cautelosamente equilibradas, ao ponto da ambigüidade. No campo econômico é favorável à desestatização, mas seu governo, que já dura cinco anos, não vendeu uma única empresa. [...]** No campo político, define-se como social-

democrata, mas pertence aos quadros do PFL do senador Antonio Carlos Magalhães e gosta de alardear sua afinidade com os partidos de esquerda. Na verdade, Roseana mostra-se tão diplomática e evasiva nas declarações sobre questões nacionais que é tentador aproximá-la do figurino de políticos tradicionais, como o próprio José Sarney, de quem ela foi conselheira nos anos de Palácio do Planalto (*Veja*, 2 de fevereiro de 2000, p. 40) (Grifos nossos).

- 59) Ela tem voz suave, gestos leves e aparência frágil, mas sabe dar murro na mesa. (*Veja*, 14 de novembro de 2001, p. 40) (Grifo nosso).
- 60) A governadora desenvolveu personalidade própria, tem seu estilo peculiar e demonstrou grande competência na administração pública, a ponto de conquistar o primeiro lugar em popularidade entre os governadores (*Veja*, 02 de fevereiro de 2000, p. 40-41) (Grifos nossos).
- 61) Em 1998, extinguiu as 21 secretarias de Estado e criou no lugar cinco gerências. Reduziu a folha de pagamento do funcionalismo de 67% do orçamento para 58%. O Estado tinha quase 500 milhões de reais em atraso. A dívida foi renegociada. No campo social também tem o que mostrar. [...] Foi por conquistas assim que Roseana acabou escolhida a governadora mais popular do país, com 68% de aprovação em seu Estado. (*Veja*, 02 de fevereiro de 2000, p.41) (Grifos nossos).
- 62) Quando anda pelas ruas de São Luís, recebe aplausos e acenos. [...] Nas viagens ao interior, faz reuniões em que qualquer um pode levantar e reclamar ou fazer pedidos. (*Veja*, 02 de fevereiro de 2000, p.41) (Grifos nossos).
- 63) O eleitor não está prestigiando a filha de Sarney, mas a governadora que admira (*Veja*, 02 de fevereiro de 2000, p.41) (Grifo nosso).

Nas formulações de 57 a 63, destacamos três grupos com expressões que aparecem em relação de paráfrase e de polissemia, no tocante a Roseana Sarney:

(n)

**Ela tem voz suave, gestos  
leves e aparência frágil,  
mas sabe dar murro na mesa**



**desenvolveu personalidade própria**



**tem seu estilo peculiar**

(o)

**demonstrou grande competência  
na administração pública**



**implantou uma reforma  
administrativa radical**



**extinguiu as 21 secretarias de Estado**



**criou no lugar cinco gerências  
Reduziu a folha de pagamento**



**O Estado tinha quase 500  
milhões de reais em atraso.  
A dívida foi renegociada.**



**todos os índices sociais  
do Maranhão melhoraram**



**faz reuniões em que qualquer  
um pode levantar e reclamar  
ou fazer pedidos**



**recebe aplausos e acenos**



**O eleitor não está prestigiando  
a filha de Sarney, mas a  
governadora que admira**

(p)

**não faz declarações  
de cunho feminista**



**seu ideário é pouco visível e suas  
posições são cautelosamente  
equilibradas, ao ponto da ambigüidade**



**define-se como social-democrata,  
mas pertence aos quadros do PFL  
gosta de alardear sua afinidade com  
os partidos de esquerda**



**mostra-se tão diplomática e evasiva  
nas declarações sobre questões  
nacionais que é tentador aproximá-la  
do figurino de políticos tradicionais**

O jogo parafrástico e polissêmico entre as expressões de (n) apresenta Roseana como uma política, ao mesmo tempo, dócil, de aparência frágil, destemida, de temperamento forte e estilo próprio; entre as expressões de (o), como uma política que tem competência administrativa, carisma e reconhecimento do povo maranhense; e entre as expressões de (p), como uma política que nem levanta bandeira ou milita pelo feminismo, e nem milita ou defende partidos políticos ou ideários para chegar às esferas do poder político.

O efeito metafórico do jogo que se dá entre as expressões de (n), (o) e (p), portanto, indica que na aparente fragilidade e suavidade na voz e nos gestos de Roseana há uma mulher forte que tem capacidade de realização de estratégias políticas, que governa com firmeza e que mantém um governo populista. O estilo de governo populista é caracterizado como política das massas. Conforme Weffort (1978, p. 63), “esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambigüidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder”. Voltaremos a essa questão no item 3.2.2.

As formulações a seguir dizem respeito à Eliana Calmon Alves:

- 64) **Eliana foi indicada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para ocupar uma vaga no Superior Tribunal de Justiça, o STJ. Será a primeira mulher a integrar um tribunal superior** (*Veja*, 2 de junho de 1999, p. 51) (Grifo nosso)
- 65) Entre os colegas de Brasília, **Eliana é conhecida por seu notório saber jurídico e por sua quase ilimitada capacidade de trabalho. No Tribunal Regional Federal, ela julga 500 processos por mês e trabalha catorze horas por dia. Só tira folga aos sábados**, quando aproveita para ir ao cinema e fazer compras. "O domingo é o meu dia de trabalho mais produtivo", diz (*Veja*, 2 de junho de 1999, p. 51) (Grifos nosso).

As formulações 64 e 65 indicam um grupo de expressões parafrásticas:

(q)

**indicada pelo presidente  
Fernando Henrique Cardoso  
para ocupar uma vaga no  
Superior Tribunal de Justiça, o STJ.**



**primeira mulher a integrar  
um tribunal superior**



**é conhecida por seu notório  
saber jurídico e por sua quase  
ilimitada capacidade de trabalho**



**julga 500 processos por mês**



**trabalha catorze horas por dia**



**Só tira folga aos sábados**

No efeito metafórico produzido pelo jogo de sentido que se dá pela relação entre as expressões do grupo (q) Eliana Calmon foi a primeira brasileira e primeira juíza togada a ingressar em um Tribunal Superior do País na condição de ministra – ministra do Superior Tribunal de Justiça - pelo mérito, notória competência e saber na área jurídica e pela notória eficiência, disciplina e capacidade de trabalho na sua atuação profissional.

### 3.2.2 *Mulheres ligadas ao poder oligárquico*

Na discursivização de *Veja*, Roseana Sarney aparece também como uma mulher que chegou às esferas do poder político como representante do poder oligárquico ao qual sua família está ligada no Brasil, como indicam as formulações a seguir:

66) **Os Sarney estão na política há mais de um século. O tataravô de Roseana foi deputado estadual, seus bisavós foram deputados, seu pai foi governador, presidente da República e senador.** Dos filhos de José Sarney, é ela, a mais velha, que mostra maior talento para o ramo. (*Veja*, 10 de junho de 1998, p. 51) (grifos nossos).

67) **Roseana sempre respirou política. [...] Roseana ingressou na política por aquela via que Ruth Cardoso chamou certa vez de filhotismo.** Em seguida **alçou vôo próprio** (*Veja*, 02 de fevereiro de 2000, p. 40-41) (Grifos nossos).

68) **Depois de assessorar o pai no Palácio do Planalto, candidatou-se a deputada federal pelo PFL em 1990. Em 1994 ganhou o governo do Maranhão. Reelegeu-se com quase 70% dos votos em primeiro turno em 1998** (*Veja*, 02 de fevereiro de 2000, p. 40-41) (Grifos nossos).

69) **Assim como Collor, ela é herdeira de uma das mais tradicionais oligarquias da política nordestina. Os Sarney dão as ordens no Maranhão há décadas. Seu tataravô foi deputado estadual. Seus bisavós, deputados federais. É uma ironia que as pesquisas apresentem como nome novo no jogo sucessório alguém com um sobrenome de tão longa história** (*Veja*, 02 de fevereiro de 2000, p.38) (Grifos nossos).

70) **É filha de uma oligarquia que há mais de três décadas manda num dos Estados mais atrasados e pobres do Brasil** (*Veja*, 14 de novembro de 2001, p.36) (Grifo nosso)

71) **Governa com uma rede de apoio que beira a unanimidade. Dos 217 prefeitos maranhenses, tem o apoio de 210. Dos 42 deputados estaduais, sua base tem 37. Ela não permite emendas a sua proposta de orçamento. Em sete anos, só duas foram aprovadas,**

e só porque corrigiam erros grosseiros. [...] Em 1998, ano eleitoral, os deputados se rebelaram e apresentaram 800 emendas. Roseana fez o relator do orçamento, José Orlando, dar 800 pareceres contra, alegando que elas eram inconstitucionais. Inclusive as dele próprio. "Vi que ela tinha razão", diz Orlando. (Veja, 14 de novembro de 2001, p. 40) (Grifos nossos).

72) Uma das explicações para tanto poder está no formidável império de comunicação dos Sarney, num fenômeno típico do Norte e Nordeste, em que as oligarquias políticas detêm o controle dos meios de comunicação. (Veja, 14 de novembro de 2001, p. 40-41) (Grifos nossos).

73) Os Sarney, no entanto, são o que se poderia chamar de uma oligarquia moderna. José Sarney não construiu um clã nos moldes antigos, baseado essencialmente no poder agrário. Em vez disso, ergueu um império de comunicação, embora lide com ele no melhor estilo do coronelismo eletrônico. [...]. Os Sarney são donos do principal jornal, da principal rádio e da principal emissora de televisão – veículos que, naturalmente, não costumam amplificar críticas à administração de Roseana e estão agora a serviço da propaganda da representante jovem da oligarquia. Isso ajuda a explicar por que Roseana tem o apoio de 88% dos maranhenses e é a governadora mais popular do país (Veja, 27 de fevereiro de 2002, p. 30) (Grifos nossos).

As expressões destacadas em negrito das formulações de 66 a 73 podem ser enumeradas em relação de paráfrase e polissemia em três grupos, conforme Fonseca-Silva (2009b) a saber:

(r)

**Os Sarney estão na política  
há mais de um século**



**Os Sarney dão as ordens  
no Maranhão há décadas**



**O tataravô de Roseana foi  
deputado estadual**



**Seu tataravô foi deputado estadual**



**seus bisavós foram deputados  
Seus bisavós, deputados federais**



**seu pai foi governador,  
presidente da República e senador**



**como Collor, ela é herdeira de  
uma das mais tradicionais  
oligarquias da política nordestina**



**É filha de uma oligarquia que  
há mais de três décadas manda  
num dos Estados mais atrasados  
e pobres do Brasil**



**Roseana sempre respirou política**



**ingressou na política por aquela  
via que Ruth Cardoso chamou  
certa vez de filhotismo**



**Depois de assessorar o pai  
no Palácio do Planalto,  
candidatou-se a deputada  
federal pelo PFL em 1990**



**Em 1994 ganhou o  
governo do Maranhão**

(s)

**Reelegeu-se com quase 70%  
dos votos em primeiro turno em 1998**



**Uma das explicações  
para tanto poder está no  
formidável império de  
comunicação dos Sarney [...]  
fenômeno típico do Norte e  
Nordeste, em que as oligarquias  
políticas detêm o controle dos  
meios de comunicação**



**Os Sarney [...] são o que se  
poderia chamar de uma  
oligarquia moderna**



**José Sarney não construiu  
um clã nos moldes antigos,  
baseado essencialmente no  
poder agrário. [...] ergueu um  
império de comunicação. [...]  
lide com ele no melhor estilo  
do coronelismo eletrônico**



**Os Sarney são donos do  
principal jornal, da principal  
rádio e da principal emissora  
de televisão – veículos que,  
naturalmente, não costumam  
amplificar críticas à  
administração de Roseana  
e estão agora a serviço da  
propaganda da representante  
jovem da oligarquia**



**Isso ajuda a explicar por que  
Roseana tem o apoio de 88%  
dos maranhenses e é a  
governadora mais popular do país**

(t)

**Governa com uma rede de apoio que beira a unanimidade  
Dos 217 prefeitos maranhenses, tem o apoio de 210.  
Dos 42 deputados estaduais, sua base tem 37.**



**Ela não permite emendas a sua proposta de orçamento  
Em sete anos, só duas foram aprovadas**



**[...] Em 1998, ano eleitoral, os deputados se rebelaram e apresentaram 800 emendas**



**Roseana fez o relator do orçamento, José Orlando, dar 800 pareceres contra, alegando que elas eram inconstitucionais.  
Inclusive as dele próprio**

As expressões em relação de paráfrase e polissemia em (r) indicam que Roseana é representante de uma das famílias que exerce o poder oligárquico no Nordeste do Brasil há mais de 100 anos; é, pois, uma oligarca da família Sarney que tem muito dinheiro e influência no estado do Maranhão; em (s) que a família Sarney é uma oligarquia moderna, dona de um império de rede de comunicação, por meio do qual exerce o coronelismo eletrônico; em (t) que Roseana Sarney governa, de forma autoritária, com o apoio da maioria dos prefeitos e deputados do Maranhão.

Segundo Bobbio, Matecucci e Pasquino (2001, p. 835), o poder supremo, em uma oligarquia,

está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculo de sangue, de interesse ou outros, e que

gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar.

Pang (1979) classifica a oligarquia brasileira em quatro grupos, quais sejam: familiocráticas, tribais, colegiadas e personalistas. Conforme o autor, a maior parte dos coronéis brasileiros se encaixa na oligarquia familiocrática, constituída pela “família em si, pessoas da mesma linhagem, parente por afinidade, afilhados de batismo ou de casamento e, às vezes, o povo dependente do ponto de vista sócioeconômico” (p.40). O coronelismo, segundo Leal (1997, p. 20), “é sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra”.

O sistema político coronelista teve seu início e fim na República Velha, mas suas práticas perpetuam e perduram até os dias atuais no nosso país e uma das famílias que indica que esse sistema se encontra em funcionamento é a família Sarney, como pode ser observado nas expressões destacadas em negrito das formulações de 66 a 74.

Entre as práticas e características secundárias do coronelismo destacamos o filhotismo e o madonismo como indica o jogo parafrástico e polissêmico entre as expressões destacadas em (r) e (t). Para o Leal (1997), o filhotismo se expressa pela distribuição de cargos públicos com as pessoas com as quais mantêm relações, bem como a utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo nas batalhas eleitorais. Já o madonismo é uma das faces do filhotismo que se expressa na perseguição hostil dos adversários, por meio de gestos de picardia, atos de provocações, preterições nos serviços públicos e várias outras formas.

O sistema coronelista que tem a família Sarney como uma de suas representantes e Roseana como uma de suas herdeiras não é o mesmo da República Velha. As expressões de (s) indicam o funcionamento do coronelismo eletrônico. Por meio deste, os coronéis atuais constroem impérios de meios de comunicação para exercer influência sobre o eleitorado e combater o grupo rival. Esses impérios para uso particular são construídos por meio de apropriação do público (as concessões de radiodifusão) pelo privado (os parlamentares). Santos (2006) define coronelismo eletrônico como o sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, que se baseia no compromisso recíproco entre poder nacional e poder regional ou local, o que configura

uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários dos meios de comunicação. Ao tratar da questão, Lima (2008) afirma que,

O coronelismo eletrônico é um fenômeno do Brasil urbano da segunda metade do século XX, que resulta, dentre outras razões, da opção que a União fez, ainda na década de 30, pelo modelo de outorga, a empresas privadas, da exploração dos serviços públicos de rádio e televisão (*trusteeship model*). Resulta também das profundas alterações que ocorreram na política brasileira com a progressiva centralidade da mídia iniciada durante os anos de regime militar (1964-1985). Emissoras de rádio e televisão, mantidas em boa parte pela publicidade oficial e articuladas com as redes nacionais dominantes, dão origem a um tipo de poder agora não mais coercitivo, mas criador de consensos políticos. São esses consensos que facilitam (mas não garantem) a eleição (e a reeleição) de representantes — em nível federal, deputados e senadores — que, por sua vez, permite circularmente a permanência do *coronelismo* como sistema. Ao controlar as concessões, o novo coronel promove a si mesmo e aos seus aliados, hostiliza e cerceia a expressão dos adversários políticos e é fator importante na construção da opinião pública, cujo apoio é disputado tanto no plano estadual como no federal. No *coronelismo eletrônico*, portanto, a moeda de troca continua sendo o voto, como no velho *coronelismo*. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação, vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública.

Dessa forma, no jogo parafrástico e polissêmico que pode ser observado entre as expressões de (r), (s) e (t), há o encontro de uma memória e de uma atualidade, no sentido de Pêcheux ([1983a] 1997) no que tange ao sistema oligárquico no Brasil e a família Sarney e, conseqüentemente, sobre o sistema coronelista que aparece reconfigurado como coronelismo eletrônico por meio do qual os coronéis e os políticos a eles vinculados exercem o poder, controlam seus “currais eleitorais” e intimidam seus adversários, indicando, assim, a relação entre mídia e política no Brasil e mídia como instrumento decisivo no campo político.

Na discursivização de *Veja* Roseana Sarney, representante de umas das famílias que mantém o regime oligárquico, domina a política no estado do Maranhão por meio do coronelismo eletrônico. Isto significa que as formulações de 66 a 74 estão ligadas a enunciados que as precedem, no sentido postulado por Foucault ([1969] 2000), enunciados que estão abertos à repetição, mas também à transformação e à reativação, que se dá ou não de acordo com as condições de possibilidade de cada época. Daí que o enunciado relacionado ao coronelismo aparece transformado, pois as tradicionais

oligarquias da política no Brasil não são mais, necessariamente, aquelas proprietárias de grandes áreas rurais, mas, no caso analisado, as oligarquias são donas de impérios de comunicação.

### ***3.2.3 Mulheres ligadas à militância política e à luta armada***

Na discursivização de *Veja*, Dilma Rousseff representa a mulher que atua nas esferas de poder político e que está relacionada ao mesmo tempo à militância política e à luta armada no Brasil, como pode ser observado nas formulações de 75 a 77, a seguir:

74) **Dilma Rousseff, tem fama – e biografia – de durona.** Mas como esse é um governo de lágrimas fáceis e abundantes, ao ser empossada, **ela caiu no choro ao se lembrar das companheiras de luta armada mortas durante o regime militar. Dilma foi militante do Comando de Libertação Nacional (Colina) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Codinomes que usava na época: Estela, Luiza, Patrícia e Wanda.** (*Veja*, 8 de janeiro de 2003, p. 35).

75) **A ex-guerrilheira abre fogo.** (*Veja*, 2 de novembro de 2005, p.80)

76) A manutenção dessas conquistas – mérito que, este, sim, cabe ao governo Lula e à equipe de Palocci – é justamente o que **a ministra (e ex-guerrilheira da VAR-Palmares, um dos principais grupos armados da década de 60)...** (*Veja*, 2 de novembro de 2005. p. 82-83)

As expressões destacadas em negrito nas formulações de 75 a 77 podem ser agrupadas em um tópico:

(u)

**Dilma Rousseff, tem fama –  
e biografia – de durona.**



**ela caiu no choro ao se  
lembrar das companheiras  
de luta armada mortas  
durante o regime militar.**



**Dilma foi militante do  
Comando de Libertação  
Nacional (Colina) e da  
Vanguarda Popular  
Revolucionária (VPR).**



**Codinomes que usava  
na época: Estela, Luiza,  
Patrícia e Wanda**



**A ex-guerrilheira abre fogo**



**a ministra (e ex-guerrilheira  
da VAR-Palmares, um dos  
principais grupos armados  
da década de 60)**

Nesse jogo do mesmo e do diferente de (u), ou seja, jogo parafrástico e polissêmico, as expressões em negrito funcionam como ponto de encontro de uma memória e de uma atualidade. Indicam que Dilma se subjetivou numa posição de militante da luta armada, durante o regime militar, e que, atualmente, subjetiva-se na esfera do poder executivo no Brasil. Indica que houve participação feminina na militância política durante a ditadura militar brasileira (1964-1982), quando jovens estudantes assumiram um papel inédito tanto no campo da política quanto no campo das relações de gênero, rompendo com os códigos da época.

Nos anos tensos da ditadura militar, Dilma foi, portanto, uma das jovens estudantes que teve importante atuação: militou no COLINA (Comando de Libertação Nacional) e na VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares).

Nascimento, Trindade e Santos (2007) assinalam que, nos anos de 1962-1964, o movimento estudantil universitário começou a se inserir nas campanhas reformistas do final do período populista, no Rio de Janeiro, São Paulo e em Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre-, Goiânia e Vitória, E logo após o golpe militar de 1964, teve início uma fase de silêncio forçado aos movimentos de massa. A partir de então, as lutas estudantis voltaram a acontecer em resistência ao projeto de reforma educacional proposto pela ditadura e na luta contra a repressão policial-militar, até chegarem aos atos públicos de 1968, a exemplo do AI-5 que decretou a suspensão de todas as garantias individuais e dos direitos políticos, dando início aos conhecidos anos de “chumbo”. Em consequência, como ressalta Ventura (1988), o confronto saía do campo das ideias para as ruas, com a luta armada, e para os porões, onde acontecia a tortura. Isto significa que era impossível conjugar o ideário de libertação difundido por qualquer segmento intelectual, artístico, estudantil ou operário, com a ideologia da Segurança Nacional, imposta pelo regime militar. O autor salienta, ainda, que os anos 70 foram marcados por intensa perseguição a todos que os militares achassem que poderiam levar a algum líder importante desses movimentos considerados subversivos, a exemplo do COLINA e VAR-Palmares, aos quais Dilma esteve ligada. Esses movimentos que tinham como ideário a reconstrução sociopolítica do país, em conjunção com a transformação de valores e costumes, tiveram que encontrar novas formas de existência. Daí que muitos estudantes passaram a viver clandestinamente para não morrer, como aconteceu com Dilma que, expulsa da Faculdade, passou a viver clandestinamente, adotando inúmeros codinomes, entre os quais: Estela, Luiza, Patrícia e Wanda.

Pêcheux ([1983a] 1997) afirma toda descrição está exposta ao equívoco da língua. Isso implica que todo enunciado ou formulação linguística é “susceptível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (p.53). Daí que, ao discursivizar sobre Dilma e fazer referências a este passado, *Veja* não a desqualifica, ainda que seja essa a intenção do semanário mais vendido no Brasil. Ao contrário, ajuda o país a não esquecer, a não apagar a memória social brasileira. Muitos dos homens e mulheres que quando jovens militaram contra o regime militar não puderam e não podem contar suas histórias, pois trata-se de uma história pouco contada,

pouco comentada, pouco discursivizada, de uma história ainda silenciada. Orlandi (1992) argumenta que o silêncio não é uma contrapartida do dito, visto de forma negativa, mas é o que rege os processos de significação e que tem formas específicas de significar.

A autora classifica as formas do silêncio em: *silêncio fundante ou fundador*, que indica que todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio; e *política do silêncio* (ou silenciamento), que indica como o sentido é sempre produzido de uma posição de sujeito. Apresenta subdivisão da *política do silêncio* em: a) *silêncio constitutivo*, já que para dizer é necessário não dizer e todo dizer cala algum sentido, ou seja, dizer e silenciar são constitutivamente inseparáveis; b) *o silêncio local*, que proíbe dizer determinadas coisas em uma dada conjuntura, funcionando com a censura considerada em sua materialidade linguístico-histórica.

Já que todo processo de significar traz uma relação com o silêncio, podemos dizer que no trabalho de memória, marcado pela tensão do jogo do mesmo e do diferente nos processos parafrásticos e polissêmicos identificados entre as expressões de (u), houve participação feminina nas organizações de militância política e luta armada, movimentos de guerrilha dos quais Dilma fez parte, que provocou ruptura na história do país, ruptura na história das mulheres, marcando, portanto, o início do processo de emancipação da mulher, que começou ultrapassar as barreiras que definiam a guerra como uma ação masculina, provando que, assim como o homem, a mulher podia combater e conquistar reconhecimento e respeito no espaço político.

### 3.3 Considerações finais

As expressões destacadas em negrito nas formulações de 39 a 77 e colocadas em relação de paráfrase e polissemia de (a) a (u), neste capítulo, indicam que na discursivização de *Veja* sobre algumas mulheres que atuam nas esferas de poder político e que se subjetivam como mulheres de personalidade forte, competentes e comprometidas; como mulheres herdeiras do poder oligárquico no Brasil; ou como mulheres com trajetória na militância política e na luta armada, há tensão permanente do mesmo ou do retorno ao mesmo no espaço do dizível, marcado pela paráfrase, e do diferente ou do deslocamento ou deslizamento de sentidos, marcado pela polissemia.

É o trabalho de memória que produz os efeitos metafóricos no movimento contraditório entre o mesmo e o diferente, por meio da repetição, ressignificação,

transferência ou deslizamento de sentidos. Dessa forma, a tensão entre a paráfrase e a polissemia identificada nas expressões que aparecem nos grupos de (a) a (u), das formulações de 39 a 77, funciona como a matriz de sentido da discursividade, ou seja, como movimento discursivo entre “o mesmo” e “o diferente, no tocante às posições de sujeito nas quais mulheres que atuam nas esferas de poder político podem ou não se subjetivar.

## 4 CONCLUSÃO

Na justificativa que apresentamos neste trabalho, ressaltamos que, embora as pesquisas ainda sejam poucas, a questão da participação das mulheres nas questões sociais e políticas tem sido preocupação de estudos desenvolvidos por pesquisadores de várias áreas. É nesse contexto que o Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis/Uesb/CNPq) tem se interessado pelas questões relacionadas à espetacularização e à encenação midiática da política no Brasil e, em consequência, desenvolvemos a pesquisa que resultou neste trabalho.

Considerando a luta que as mulheres têm empreendido para ocuparem e serem reconhecidas nos espaços públicos de poder, principalmente, nas últimas décadas e que as revistas femininas silenciam ou não dão destaque a essa participação, fazendo circular o discurso segundo o qual as mulheres não entendem de política, questionamos se revistas de informação que tem circulação semanal, a exemplo de *Veja* (semanário mais antigo e de maior circulação no Brasil), dão destaque ao sujeito mulher que atua nas esferas do poder político (executivo, legislativo e judiciário) e em que lugares a mulher aparece subjetivada na discursivização dessa revista.

Como exposto no capítulo 1 deste trabalho, o *corpus* da pesquisa é constituído de reportagens de edições da revista *Veja* que circularam no período de 1998 a 2008, *período que abrange três eleições para presidente, governadores(as), senadores(as) e deputados(as) e três para prefeitos(as) e vereadores(as)*. Após procedermos à quantificação e catalogação das reportagens que discursivizam sobre mulheres que atuam nas esferas de poder político no Brasil, quais sejam: poder executivo, poder legislativo e poder judiciário, fizemos um recorte e selecionamos 77 formulações que foram analisadas para responder a nossa questão.

Os resultados das análises indicaram que a revista *Veja* discursiviza sobre mulheres que atuam nas três esferas de poder político, ao contrário das revistas dirigidas às mulheres, conforme a hipótese levantada. Dessa forma, a mulher que atua nas esferas de poder político tem destaque na discursivização de *Veja* em posições de sujeito ligadas à esfera da intimidade e da vida privada, como mostramos no capítulo 2; e tem destaque em posições de sujeito da esfera pública, como mostramos no capítulo 3.

Na discursivização de *Veja* com ênfase na esfera da intimidade e da vida privada, analisamos 38 formulações e identificamos três posições de sujeito em que mulheres que

atuam nas esferas do poder político se subjetivam: posição relacionada à vida pessoal e afetiva; posição relacionada ao cuidado com os filhos, com o marido e com os afazeres domésticos; e posição de sujeito relacionada ao cuidado ou governo do corpo.

No que diz respeito à posição relacionada à vida pessoal e afetiva, ao discursivizar sobre algumas mulheres que atuam nas esferas de poder político, *Veja*, como um meio de comunicação, funciona como um dos violadores da intimidade e da vida privada e confirma que a invasão à esfera da intimidade e da vida privada constitui uma vontade social legítima de conhecer a vida íntima de todos atualmente.

Em se tratando da posição de sujeito relacionada ao cuidado com os filhos, com o marido e com os afazeres domésticos, na discursivização de *Veja*, a mulher que atua nas esferas de poder político, a exemplo de Rosinha Garotinho, subjetiva-se como uma mulher incompetente, despreparada para atuar em cargos políticos, limitada à esfera privada do lar e à sua própria intimidade, agindo na contramão da luta realizada pelas mulheres no cenário brasileiro.

No que tange à posição de sujeito relacionada ao cuidado ou ao governo do corpo, na discursivização de *Veja* sobre algumas mulheres que atuam nas esferas de poder político, a mulher não é desqualificada, pois, como mostra Fonseca-Silva (2003; 2007a), na cultura do espaço íntimo e no processo de resignificação do corpo, amar a si mesmo, cuidando do corpo para agradar a si e aos outros, tornou-se uma atitude legítima para homens e mulheres que atuam ou não nas esferas de poder político. Além disso, como argumenta Perrot (1998), no espaço público, as mulheres têm quase um dever de beleza

Como já ressaltamos, no domínio de memória do qual faz parte o conjunto de formulações de 1 a 38, analisadas no capítulo 2, alguns enunciados, marcados pelas posições de sujeito identificadas, são repetidos e atualizados. Entretanto, se na discursividade de *Veja* há enunciados que se repetem, novos enunciados e novos sentidos surgem para desestabilizar e perturbar toda a rede de memória, como mostramos no capítulo 3.

Na discursivização de *Veja* com ênfase na esfera pública, analisamos 39 formulações e identificamos três posições de sujeito em que algumas mulheres que atuam nas esferas de poder político se subjetivam: posição de mulheres de personalidade forte, competentes e comprometidas; posição de mulheres herdeiras do poder oligárquico no Brasil; posição de mulheres com trajetória na militância política e na luta armada. Destacamos, nessas formulações, ou seja, nas formulações de 39 a 77, expressões que

foram colocadas em relação de paráfrase e de polissemia nos grupos de (a) a (u) e observamos que o efeito metafórico dessas expressões é resultado da tensão, do retorno ao mesmo no espaço do dizível, que é marcado pela paráfrase, e do diferente ou do deslocamento ou deslizamento de sentidos, que é marcado pela polissemia.

No que se refere à posição marcada por mulheres de personalidade forte, competentes e comprometidas, na discursivização de *Veja*, algumas mulheres que atuam nas esferas do poder político se subjetivam como mulheres destemidas, líderes, de personalidade forte, de estilo polêmico e combativo, dedicadas, responsáveis e comprometidas com o trabalho nas esferas de atuação no poder político.

No que tange à posição de mulheres herdeiras do poder oligárquico, na discursivização de *Veja*, Roseana Sarney subjetiva-se como herdeira de uma das famílias que exerce o poder oligárquico no Nordeste do Brasil há mais de 100 anos, como uma oligarca da família Sarney, que ajuda a manter o sistema político coronelista de forma ressignificada, por meio de um império de comunicação, construído pela apropriação do público (concessões de radiodifusão dada pelo governo) para exercer o coronelismo eletrônico, controlar os “currais eleitorais” e intimidar os rivais; e como governante que governa de forma autoritária, com o apoio da maioria dos prefeitos e deputados do seu estado.

No que concerne à posição de mulheres com trajetória na militância política e na luta armada, na discursivização de *Veja*, Dilma se subjetiva como militante política e da luta armada, durante o regime militar, e que, atualmente, subjetiva-se na esfera do poder executivo no Brasil, indicando, com isso, que houve participação feminina na militância política durante a ditadura militar, ajudando a provocar ruptura tanto na história do país quanto na história das mulheres, que vêm conseguindo conquistar espaços na esfera pública e podem se subjetivar nas esferas de poder político do país (executivo, legislativo e judiciário).

Na discursivização de *Veja*, portanto, o jogo de memória discursiva é marcado pela tensão do mesmo e do diferente, pela emergência da repetição e dos deslizamentos que provocam multiplicidade de sentidos dos discursos sobre as mulheres que atuam nas esferas de poder político. Essas mulheres, na tensão e na tentativa de conciliar a carreira política e a vida familiar e pessoal, indicam que os espaços das esferas do público e do privado estão em permanente relação e que o exercício do poder se dá nessas duas esferas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. Quando eles eram jovens revolucionários. In: VIANA, H. (Ed.), **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p.181-195.

ALVES, J. E. D. **A mulher na política e a política de cotas**. 2004. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp>

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Edição original: 1958.

AVELAR, L. Mulher e política: o mito da igualdade. **Democracia Viva**, n. 32, p. 98-102, jul./set 2006.

BASTOS, N. S. **Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro**. 2004. Disponível em: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/textos.php>>. Acesso em: 22 dez. 2009.

BLAY, E. A. Um caminho ainda em construção, a igualdade de oportunidades para as mulheres. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 82-97, mar. /mai. 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTECUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2007.

CAMPOS, F. **Oficina de história: história do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1999.

CAPPARELLI, S.; SANTOS, S. **Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um de velho conceito**. 2005. Disponível em [www.enecos.org.br/xiiiicobrescos/arquivo/htm/006.html](http://www.enecos.org.br/xiiiicobrescos/arquivo/htm/006.html). Acesso em 07 de janeiro de 2010 às 20:00.

**CONSTITUIÇÃO: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

COURTINE, J.-J. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique; le discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages** 62. Paris, Didier-Larousse, 1981.

DANIEL, T. T.; PEREIRA, R. O voto feminino no Brasil. **Boletim Informativo da PRR/3ª Região**, São Paulo, 06 de mar. 2009. Edição Especial. Disponível no site da PRR/3ª Região: [http://www.prr3.mpf.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=136&Itemid=178](http://www.prr3.mpf.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=136&Itemid=178). Acessado em acesso em 29 de maio de 2009.

FERREIRA, E. F. X. **Mulheres: militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FONSECA-SILVA, M. C. Ethos, memória e cenas validadas da corrupção política em Veja. In: **III Simpósio Internacional sobre análise do discurso: emoções, ethos e argumentação**, 2008, Belo Horizonte. Anais III Simpósio Internacional sobre análise do discurso: emoções, ethos e argumentação. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 75-76.

FONSECA-SILVA, M. C. **Poder-Saber-Ética nos Discursos do Cuidado de Si e da Sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007a.

FONSECA-SILVA, M. C. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: FONSECA-SILVA, M. C, POSSENTI. P. (Org.). **Mídia e redes memória**. 1 ed. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007b, p. 11-37.

FONSECA-SILVA, M. C. Mídia, memória discursiva e espetacularização da corrupção na chamada nova democracia brasileira. In: 2007, Franca. **Cadernos de Resumos**. Franca, 2007c. Disponível em: [http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/38/EL\\_V38N3\\_15.pdf](http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_15.pdf). Acesso em: 10 jun. 2009.

FONSECA-SILVA, M. C. O sentido como efeito de e bases simbólicas de significação. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos e confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007d. p. 207-212.

FONSECA-SILVA, M. C. Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. **Estudos Lingüísticos** (São Paulo), v. 38, p. 193-203, 2009a.  
FONSECA-SILVA, M. C. Mulheres, esferas de poder político e tensão parafrástica e polissêmica na mídia: resultados preliminares de pesquisa. Texto inédito, 2009b.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. RJ: Forense Universitária, 2000. Edição original: [[1969] 2000] 2000.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. SP: Loyola, 1978. Edição original: 1971.  
FOUCAULT, M. Ditos e escritos: **Estratégia, Poder-Saber**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. Poder-Corpo. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 145-53. Edição original: 1979.

FUCHS, C. A Paráfrase Lingüística – Equivalência, Sinonímia ou Reformulação? **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, nº 8, 1985, p. 129-134.

GROSSI, M. P.; MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Estudos Feministas**. n. 1, p. 167-206, 2001.

HALBWACHS. M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Alcan, 1925.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LIMA, V. A. As concessões de radiodifusão como moeda de barganha política. **Revista Adusp**. Disponível em <http://www.adusp.org.br/revista/42/r42a02.pdf>. Acesso em 06 de janeiro de 2010 às 17:00.

NASCIMENTO, I. F. G.; TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S. Mulheres Brasileiras e Militância Política durante a Ditadura Militar: A Complexa Dinâmica dos Processos Identitários. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, v. 41, n. 3, p. 359-370, 2007. Disponível em <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/rip/v41n3/v41n3a11.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2010.

NASCIMENTO, I. F. G.; TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S. **Mulheres Brasileiras e Militância Política durante a Ditadura Militar: A Complexa Dinâmica dos Processos Identitários**. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, v. 41, n. 3, p. 359-370, 2007. Disponível em <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/rip/v41n3/v41n3a11.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2010.

ORLANDI E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas (SP): Pontes; 1999.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

PANG, E-S. **Coronelismo e Oligarquias. 1889-1934**. A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira; 1979.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET Françoise e HAK Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. 319 p.

PÊCHEUX, M. (1969) Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. & HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.] – 3ª ed – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983a.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57. Edição original, 1983b.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SANTOS, S. E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. 2006. Disponível em: [www.compos.com.br/e-compos](http://www.compos.com.br/e-compos). Acesso em: 05 jan. 2010.

SANTOS, S. **Nem só de samba e futebol vivem as tradições históricas brasileiras: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo**. 2006. IX Congresso Ibercom. Disponível em <http://www.hapaxmedia.net/ibercom/pdf/DosSantosSuzy.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2010.

VENTURA, Z. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1988.

VIOTTI, E. **Da monarquia a república: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

WEFFOR, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.